

PESCADORES, AMBIENTALISTAS, FAZENDEIROS E SANITARISTAS: O
DRAMA SOCIAL DAS PERTURBAÇÕES ECOLÓGICAS EM TORNO DA LAGOA
FEIA - RJ

CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES
FEVEREIRO DE 2004

PESCADORES, AMBIENTALISTAS, FAZENDEIROS E SANITARISTAS: O
DRAMA SOCIAL DAS PERTURBAÇÕES ECOLÓGICAS EM TORNO DA LAGOA
FEIA - RJ

CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

Monografia apresentada ao Centro de
Ciências do Homem da Universidade
Estadual do Norte Fluminense, como
parte das exigências para obtenção de
título de Bacharel em Ciências Sociais.

ORIENTADOR: PROF. DR. ARNO VOGEL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES
FEVEREIRO DE 2004

PESCADORES, AMBIENTALISTAS, FAZENDEIROS E SANITARISTAS: O
DRAMA SOCIAL DAS PERTURBAÇÕES ECOLÓGICAS EM TORNO DA LAGOA
FEIA - RJ

CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

Monografia apresentada ao Centro de
Ciências do Homem da Universidade
Estadual do Norte Fluminense, como
parte das exigências para obtenção de
título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Marco Antônio da Silva Mello – UFF

Examinador

Prof. Dr. Aristides Arthur Soffiati Netto – UFF

Examinador

Prof. Dr. Arno Vogel - UENF

Orientador

Para Francisco José Lima Valpassos e Thereza Cristina de Moura Neto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ou algo que o valha, por ter possibilitado todas as condições necessárias ao meu aprendizado acadêmico;

Aos meus pais, pelo incentivo, confiança e amparo que sempre me prestaram;

À Juliana Valpassos, minha querida irmã.

Ao meu orientador, Arno Vogel, que durante a graduação foi meu referencial, tanto profissional quanto humano;

Aos meus professores de graduação, pela paciência e dedicação.

Aos meus colegas de turma, por terem me proporcionado um agradável ambiente de aprendizado;

À Prof. Adélia Miglievich, pelo carinho e empenho que dedica a seus alunos;

Ao Prof. Aristides Soffiati, pelo grande auxílio que me prestou ao longo da pesquisa, tanto através de entrevistas quanto por correspondências eletrônicas;

Ao Prof. Luiz de Castro Faria, pelo material (textos, fotos e notas) disponibilizado, que muito ajudaram na elaboração deste trabalho.

A André Zamana, pela amizade e apoio na elaboração de ensaios fotográficos e filmicos;

A José Colaço e Brián Ferrero, pela companhia ao longo do trabalho de campo e também pelos inúmeros debates, que muito enriqueceram esta monografia;

A João Paulo Gama de Oliveira, que me prestou valiosa ajuda durante as correções finais do texto e que muito contribuiu com suas críticas e sugestões.

A Dóba, pescador de Ponta Grossa dos Fidalgos, que, com infinita paciência, sempre se esforçou para me transmitir seus conhecimentos sobre a pesca e os pescadores da Lagoa Feia.

À Joanne Paola Menezes de Oliveira, por sempre ter me apoiado;

A Alexandre e Regina Kosmalski, pelo interesse e incentivo dedicados a este trabalho.

A Rui Moura Uhlman e Nívea Araújo, meus amigos de sempre;

À Vivian Ferreira Paes, por tudo que compartilhamos até aqui;

À Thaís Nascimento, por ter, com carinho e amor, me amparado nos momentos difíceis e me incentivado em todas as ocasiões;

E, enfim, a todos os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, pela confiança e paciência que me dedicaram.

Certo dia, [o rei Pippin] foi de motoneta até a cidadezinha de Gambais, famosa pelo seu perfeito, embora parcialmente arruinado Château de Neuville. Almoçou ao lado do fosso coberto de musgo do castelo. Observou um homem idoso sondando a água cheia de juncos de fosso com um ancinho de longo cabo.

O velho fez contato com um duro e pesado objeto e puxou-o para a margem. Era um busto de Pã, coberto de musgo, chifrudo e coroadado de lauréis. Somente no momento em que o ancião começou a lutar para levantá-lo e colocá-lo no pedestal de granito à margem do fosso, levantou-se o rei e foi ajudá-lo. Os dois ergueram a pesada estátua e colocaram-na na base, recuaram e ficaram a observá-la, limpando nas calças os dedos esverdeados e escorregadios.

- (...) Como foi que ele foi parar no fosso? – perguntou o rei.

- Oh, alguém o empurrou. Sempre fazem isso, às vezes duas ou três vezes por ano.

- Mas por quê?

O velho encolheu os ombros e abriu as mãos.

- Quem sabe? – disse. Há pessoas que empurram coisas para o fosso. Trabalho muito cansativo, também. Há simplesmente pessoas que empurram coisas para o fosso. Está vendo aqueles pedestais ali? Há um vaso de mármore, uma criança com uma concha e uma Leda ali na água.

- Eu gostaria de saber por que fazem isso... Por raiva?

- Quem sabe? É o que fazem... Vêm furtivamente à noite.

- E o senhor sempre os tira da água?

- Eu me atrasei este ano. Tive muita coisa a fazer. E houve o meu reumatismo.

- Por que não prende a estátua nas bases?

- Ora, o senhor não compreende? – explicou pacientemente o homem. – Eles empurrariam também a base. Não sei se, nesse caso, eu poderia puxá-las para fora.

O rei inquiriu cortesmente.

- O senhor é o proprietário?

- Não, não sou. Moro por aqui.

- Neste caso, por que os tira da água?

O velho pareceu perplexo e procurou uma resposta:

- Ora... não sei. Acho que há pessoas que puxam coisas da água... É isso que fazem. Acho que sou desse tipo.

O rei olhou fixamente para o verde e lodoso Pã.

O velho falou em voz desconsolada:

-Acho que há pessoas que fazem coisas diferentes – acrescentou como se acabasse de fazer uma descoberta – e acho que assim é que as coisas são feitas.

- Boas ou más? – perguntou o rei.

- Não compreendo – disse o velho, sem saber o que dizer. – Há simplesmente pessoas... Há apenas o que elas fazem.

John Steinbeck

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
I – A LAGOA, O ARRAIAL E OS PESCADORES	12
1 – A Formação da Planície Goitacá e da Lagoa Feia	12
2 – Ponta Grossa dos Fidalgos	15
3 – Lugares e Espaços, Margens e Fundo	16
3.1 – As Subdivisões da Lagoa	18
4 – As Pescarias	19
4.1 - A Pescaria de Trolha	20
4.2 – Juquiá	20
4.3 – A Pesca de Arrancada	21
4.4 – A Pesca de Cutuca	22
4.5 – A Pesca de Minjoada	23
4.6 – A Pesca de Arrasto	23
5 – O Problema	23
II – O SANEAMENTO E A BAIXADA CAMPISTA: A TENSÃO ENTRE TERRAS E ÁGUAS	26
1 – O Sanitarismo	26
2– O Canal das Flechas	32
2.1– O Canal Submerso	34
III – AS PARALISAÇÕES DA DRAGA NA LAGOA FEIA	36
1 – A Primeira Insurreição	36
2 – A Segunda Insurreição	46

IV – COM QUANTAS DRAGAS SE FAZ UM DRAMA: REFLEXÕES SOBRE AS PARALISAÇÕES DAS OBRAS DO DNOS NA LAGOA FEIA	52
1 – Victor Turner e os Dramas Sociais	52
2 – O Drama Social da Lagoa Feia	57
V – EFEITOS DA REDUÇÃO DA LAGOA FEIA SOBRE A PESCA	66
1 - A Lagoa Feia e a Pesca: Indissociáveis	66
2 – As Comportas e o Pescado	66
3 – DNOS, Fazendeiros e Pescadores	67
4 – A Nostalgia dos Pescadores	72
ANEXOS	
1 – Mapa de Ponta Grossa dos Fidalgos – Década de 1940	74
2 – Mapa de Ponta Grossa dos Fidalgos – 2003	75
QUADROS SINÓPTICOS	
Quadro Sinóptico I – Setembro a Novembro de 1978	45
Quadro Sinóptico II – Outubro de 1979	51
BIBLIOGRAFIA	79

APRESENTAÇÃO

Na primeira metade do séc. XX, iniciou-se no Brasil um movimento de preceitos higienistas, no qual combinavam-se a medicina e a engenharia sanitária. Isto resultou na formulação de uma política pública, direcionada para o saneamento do país e intensificada, no início dos anos de 1940, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS.

A Baixada Campista foi uma das principais áreas de atuação de tal política, que se deu através de dragagens e da retificação de rios e córregos, além da abertura sistemática de canais, procedimentos que provocaram consideráveis impactos nos diversos ecossistemas da planície e do litoral norte fluminense, entre os quais, a Lagoa Feia. Esta, que é a maior lagoa de água doce do país, foi atingida pelo movimento sanitaria direta e indiretamente.

As obras de macro-drenagem empreendidas pelo DNOS, associadas aos diques construídos pelos proprietários de áreas situadas no leito marginal da Lagoa, resultaram na diminuição do espelho d'água lacustre de 370 km² para 160 km² em menos de um século.

Tais alterações do ecossistema causaram mudanças também nas técnicas locais de pesca - atividade principal de Ponta Grossa dos Fidalgos, arraial localizado às margens da Lagoa Feia, a trinta e cinco quilômetros do município de Campos dos Goytacazes.

O processo de redução e de perturbação ecológica da Lagoa Feia gerou uma tensão entre dois grupos: de um lado, fazendeiros e sanitaristas e, de outro, pescadores e ambientalistas. Em fins da década de 1970, essa tensão latente tornou-se manifesta quando os pescadores e suas famílias paralisaram uma draga que trabalhava na construção de um canal submerso na Lagoa.

Este estudo pretende mostrar como se articularam os grupos pertencentes ao campo social na configuração da estrutura social básica, utilizando-se, para tal, do conceito de “drama social”, desenvolvido por Victor Turner.

No capítulo *A Lagoa, o Arraial e os Pescadores*, pretendo realizar uma breve descrição da formação geológica da região da bacia hidrográfica da Lagoa Feia e apresentar os pescadores do arraial de Ponta Grossa dos Fidalgos, bem como os saberes naturalísticos empregados na formulação de suas técnicas de pesca.

O Saneamento e a Baixada Campista: A tensão entre Terras e Águas é um capítulo que tem objetivo duplo: assinalar o saneamento como política pública, destinada a uma verdadeira reforma da natureza, e analisar seus efeitos na Baixada Campista, mais especificamente na bacia hidrográfica da Lagoa Feia. Antes disso, porém, é feita uma breve digressão a fim de que seja apresentada uma visão panorâmica do desenvolvimento do ideário higienista no Brasil e sua transformação em política pública de saneamento.

Em *As Paralisações da Draga na Lagoa Feia*, procuro descrever detalhadamente os acontecimentos relativos às duas paralisações da draga na Lagoa para, no capítulo seguinte, *Com Quantas Dragas se Faz um Drama: Reflexões Sobre as Paralisações da Draga na Lagoa Feia*, expor o conceito de *drama social* e aplicá-lo aos conflitos em torno da Lagoa Feia, mais especificamente às duas paralisações da draga.

O capítulo final, *Efeitos da Redução da Lagoa Feia Sobre a Pesca*, ilustra como as obras de macro-drenagem realizadas desde a década de 1940 pelo DNOS, somadas aos diques feitos pelos proprietários de terras circunvizinhas à Lagoa, alteraram o ecossistema lacustre e, com isso, influenciaram transformações na pesca artesanal praticada pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos.

Antes de ingressar no corpo da monografia, entretanto, creio importante esclarecer que ela se insere numa linhagem de pesquisas desenvolvidas no litoral fluminense¹, e cuja origem remonta ao estudo pioneiro de Luiz de Castro Faria, sobre os pescadores da Lagoa Feia, infelizmente incompleto e ainda inédito².

Neste âmbito, deriva de forma mais imediata do longo e exaustivo trabalho etnográfico realizado por Marco Antônio da Silva Mello sobre a pesca artesanal no sistema lacustre de Maricá/RJ, entre 1978 e 1987, exposto, pela primeira vez, sob o título de *Praia de Zacarias: Contribuição à Etnografia e História Ambiental do Litoral*

¹ Foram publicados, pela Editora da UFF, numa série da Coleção Antropologia e Ciência Política, intitulada. Ver a propósito: KANT DE LIMA, 1997; BRITTO, 1999; DUARTE, 1999; PRADO, 2002); e PESSANHA (2003).

² A pesquisa etnográfica de Castro Faria iniciada no período de 1939/41 foi desenvolvida ao longo dos anos subsequentes, não chegando, no entanto, a ser publicada. Neste trabalho será citada sob o título (provisório) de *Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: Um estudo de morfologia sócia*. (Castro Faria: no prelo).

Fluminense – Marica/RJ (1995)³, da qual, por sua vez, resulta o livro *Gente das Areias – História, Meio Ambiente e Sociedade no Litoral Brasileiro* (2004)⁴.

Uma versão preliminar deste livro foi responsável pela minha iniciação científica aos problemas e questões de que viria, mais tarde, a tratar, no meu trabalho de campo, em Ponta Grossa dos Fidalgos, bem como na minha atividade discente, no Bacharelado em Ciências Sociais da UENF⁵.

³ Tese de Doutorado em Antropologia, apresentada à Universidade de São Paulo.

⁴ MELLO & VOGEL: 2004 (EDUFF – no prelo).

⁵ Tópicos Especiais em Antropologia: Comunidades Pesqueiras e Ecossistemas Litorâneos; Método Etnográfico.

I. A LAGOA, O ARRAIAL E OS PESCADORES

1 – A Formação da Planície Goitacá e da Lagoa Feia

A costa fluminense apresenta quatro variedades geomorfológicas oriundas do recuo do mar: a Enseada, a Laguna, o Pantanal e a Planície, como assinala Alberto Lamego, seu mais notório estudioso, acrescentando:

“O recuo do mar em conseqüência de seu próprio dinamismo construtivo é um fenômeno que se generaliza por todo êsse bordo litorâneo brasileiro⁶”.

A partir do pico da Marambaia, de norte a sul, é possível observar que tais variedades apresentam-se sucessivamente e exibem, de modo gradual, o enxugamento da costa litorânea anteriormente ocupada pelo mar. Primeiramente Sepetiba, que se encontra aberta para o mar. Depois, a Guanabara e uma série de grandes lagunas, todas oriundas das restingas e de tal modo afastadas do oceano que suas águas, na maioria dos casos, são doces ou salobras. A seguir, entre os rios Una e Macaé, recrudescer o enxugamento. Os grandes espelhos d'água, neste ponto, dão lugar a extensos pantanais e alagadiços oriundos das barragens formadas por longas faixas de areia. Por fim, aparecem as imensas planícies de restingas, emparelhadas entre os tabuleiros e os depósitos aluviônicos do rio Paraíba do Sul⁷. Nessas ricas terras aluvionais, situadas entre o vale montanhoso e o mar, estendem-se, a perder de vista, as lagunas. Ocupam uma planície que se apresenta, inicialmente, estreita, mas que segue, paulatinamente, alargando-se para espriar-se na grande Baixada Campista.

Durante a formação geológica da planície goitacá, no período final do Pleistocênio, os rios Muriaé e Cula moveram-se, gradativamente, de noroeste para sudeste. O rio Paraíba do Sul, por sua vez, marginou a ponta do tabuleiro, onde hoje se erguem partes da cidade de Campos, e deslocou-se até atingir o atual delta.

⁶ LAMEGO: 1945b, 07.

⁷ Cf. LAMEGO: 1974; 28.

A formação da Baixada Campista se deu através do avanço do Paraíba sobre o Atlântico, promovendo o entulhamento da faixa marítima litorânea. Este processo pode ser dividido em duas fases: a pleistocênica e a recente.

No início do Pleistocênio, “tudo o que hoje é planície era ocupado pelo mar⁸”. De Manguinhos a Campos, havia uma costa quase reta e daí às proximidades do Itaoca apresentava-se uma enseada, de muitos quilômetros de profundidade, onde desembocavam alguns rios, dentre eles o Muriaé. O litoral seguia do Itaoca para o sul até o pontal de Quissamã, de onde se inclinava para sudoeste em direção a Macaé⁹.

O mar de Campos tinha pouca profundidade quando o Paraíba começou a depositar os detritos, oriundos da cordilheira, sobre o espesso lençol de areia do fundo marítimo da enseada de Campos. Assim, esta foi, repentinamente, obstruída. A marcha do delta do Paraíba ia, à direita e à esquerda, estendendo braços para o Atlântico. Ocorreu simultaneamente a este processo, o gradual mergulho de toda essa aba continental no oceano.

Quando o Paraíba desviou-se para o nordeste, houve estabilização da faixa litorânea e, também, a interrupção do mergulho do bordo continental. Uma nova paisagem foi formada quando a dilatação em horizonte substituiu a intensidade vertical e a deposição de sedimentos não mais se encontrou condicionada a uma bacia em depressão contínua. Emergindo das águas, enfim, surgiu a planície.

Em Campos, o rio Paraíba do Sul foi estrangulado na garganta do Fundão e, ao norte, barrado pelo pontal dos tabuleiros de Guarus, de forma que, nas enchentes, as águas do rio rolavam em grandes quantidades para o sul, formando um grande lençol de argilas ao longo de suas margens.

O pleistocênio foi um período fundamental na constituição geológica da região da Baixada Campista. Enquanto o rio avançava sobre o mar, este recuava, deixando para trás enormes extensões de areia empilhada.

“Na zona de Campos e de São João da Barra, consecutivas restingas que se sucedem com intercalações de brejos e lagoas alongados, levam ininterruptamente as areias contínuas até cêrca de trinta quilômetros do litoral. Uma única exceção abre um vasto hiato lagunar em tôda esta zona,

⁸ Cf. LAMEGO: 1945a; 15.

⁹ Cf. Idem; 15-16.

com a formação da Lagoa Feia, cuja origem se deve a barragens de restinga¹⁰.

A Lagoa Feia foi o resultado de dois fatores. Em primeiro lugar, a divisão dos mares da costa pleistocênica em duas reentrâncias. Em segundo, o fechamento deste golfo, realizado pelas faixas de restinga¹¹.

O fechamento do antigo braço de mar resultou na formação da grande lagoa. Seu enorme volume d'água foi trazido por diversos rios, dentre os quais o Paraíba, que, nas grandes cheias, enviava suas águas para a Lagoa. Esta abriu caminho para o Atlântico através de um intrincado conjunto de vertedouros que, seguindo o recuo do litoral, constituíram uma planície argilosa através do depósito de seus sedimentos¹².

As águas da Lagoa tiveram seu escoamento gradualmente dificultado no Furado, o que fez com que elas avançassem pelas margens rasas, produzindo uma grande área de brejais.

Como as águas do rio Macabú eram forçadas contra o pontal de Quissamã e barradas pela restinga, elas alastraram-se por todo o baixo curso até Paciência, onde constituíram uma enorme área alagada.

Quando as águas do rio Paraíba do Sul transbordavam nas enchentes e buscavam a Lagoa Feia, cobriam o solo com a argila aluvional que, com o passar dos anos, tornou a superfície da baixada cada vez mais impermeável.

A área compreendida entre a Lagoa Feia e a margem direita do Paraíba, em função do alastramento das águas do rio Macabú, das dificuldades de escoamento da Lagoa Feia para o Furado e da impermeabilidade do solo que continuava a receber as aluviões do rio, constituía, quando da chegada os portugueses, uma grande extensão de terra repleta de pântanos¹³.

Acredita-se, de acordo com relatórios e mapas antigos e atuais, que existiam na bacia hidrográfica da Lagoa Feia cerca de 106 lagoas, quatro delas no setor norte e cinco no setor oeste, 83 na planície aluvial e 14 na restinga¹⁴.

¹⁰ LAMEGO: 1945b; 08.

¹¹ Cf. LAMEGO: 1940; 50.

¹² Cf. Idem.

¹³ Uma outra interpretação da formação da planície Goitacá, mais recente que a de Alberto Lamego, pode ser encontrada em: MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J. M. L., FLEXOR, J. M. *Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

¹⁴ Cf. BIDEGAIN: 2002; 31.

A primeira descrição da Lagoa Feia de que se tem notícia data de 1632 e foi atribuída a Miguel Aires de Maldonado e a José de Castilho Pinto:

“Era um grandíssimo lago ou lagoa d’água doce, a qual estava tal agitada com o vento sudoeste, tão crespas suas águas e tão turvas que metiam horror: aonde lhe demos o apelido de Lagoa-feia¹⁵”.

2 – Ponta Grossa dos Fidalgos

Nas margens setentrionais da Lagoa Feia, formou-se a península de Ponta Grossa dos Fidalgos, um pequeno delta recente e paralisado¹⁶. O primeiro registro que temos do povoado é a Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, de Manoel Vieyra Leitão, em 1767.

Em Ponta Grossa dos Fidalgos tem se desenvolvido, com intensidade e profundidade temporal, a atividade pesqueira. Este não é o único povoado que pratica a pesca na Lagoa, mas nele a pesca artesanal lacustre se constituiu como principal atividade.

“No lugar conhecido pelo nome de Ponta-grossa dos fidalgos, nas margens desta lagoa, há uma povoação, de cerca de 400 habitantes, que vivem da pesca¹⁷”. (1881)

O arraial estende-se paralelamente às margens da Lagoa Feia numa rua de aproximadamente 2,5 quilômetros, a João Cabral Neto. De acordo com os habitantes, há cerca de meio século, esta rua demarcava as margens da Lagoa.

De leste para oeste o povoado é dividido em Ponta, Lado da Beirada e Lado do Antunes ou Ingá. Os principais pontos de referência assemelham-se a encruzilhadas, e são conhecidos como praças do Ingá e da Beirada. Da praça do Ingá pode-se seguir para a estrada, ao norte, ir até a Lagoa através de uma rua perpendicular, ao sul, tomar o lado da Beirada, ao leste ou seguir a direção oeste e adentrar o Ingá. Já da praça da Beirada é possível seguir em direção à Igreja Nossa Senhora da Conceição, ao norte, dirigir-se ao Lado do Ingá, oeste, ir à região da Ponta, ao leste ou à Lagoa, ao sul.

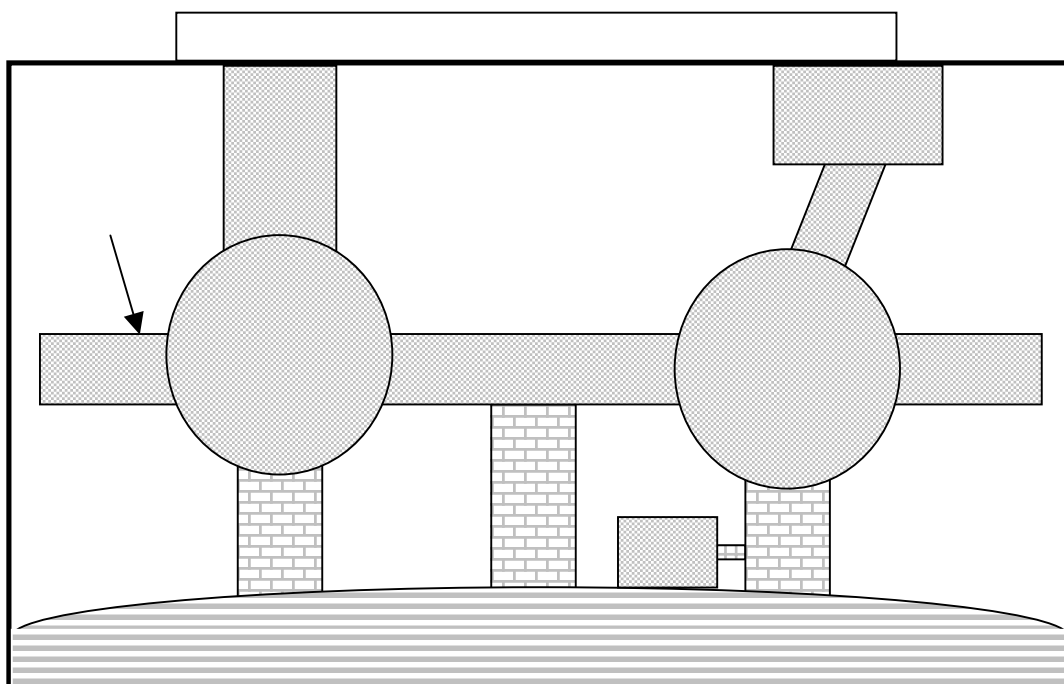
¹⁵ MALDONADO e PINTO (1894) *apud* BIDEGAIN 2002; 37.

¹⁶ Cf. LAMEGO: 1945a; 20.

¹⁷ MELO: 1881.

O mapa de Castro Faria¹⁸, feito no início da década de 1940, apresenta a distribuição das casas ao longo da rua João Cabral Neto e atesta a versão dos habitantes de que ela representava o limite da Lagoa. A comparação da morfologia documentada por Castro Faria e a atual indica um recuo das águas lacustres. Em 2002, ruas perpendiculares à João Cabral Neto estendiam-se por mais de 200 metros sobre o que antes foi registrado como Lagoa. ^{Pesque} ^{Porto da} ^{aBeirada} ^{Pague}

Nessas ruas, novas casas foram construídas, assim como um campo de futebol e um Pesque-Pague. **Lagoa Feia**



3 – Lugares e Espaços, Margens e Fundo

Sendo a pesca historicamente a principal atividade de Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores possuem um conhecimento refinado sobre a Lagoa Feia e sobre os comportamentos e tipos das espécies de peixes¹⁹. Os saberes sobre a ictiofauna incluem desde o conhecimento sobre os períodos de desova de cada espécie até seus

¹⁸ O mapa encontra-se em anexo.

¹⁹ O refinamento dos saberes naturalísticos não é uma particularidade dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Tais conhecimentos também caracterizam outros assentamentos pesqueiros, como Zacarias, em Marica, Itaipu, em Niterói, Icaraiá, no Ceará e outros. Cf. MELLO & VOGEL: 2004; KANT DE LIMA: 1997 e PEIRANO: 1975.

hábitos alimentares²⁰. Os pescadores são, além disso, exímios conhecedores da geografia lacustre. Já o trabalho etnográfico de Castro Faria assinala a importância desses saberes locais:

*“As épocas de desova e os hábitos alimentares das diferentes espécies representam os conhecimentos biológicos mais importantes. As variações climáticas e as diferenças de constituição do fundo da lagoa, por outro lado, representam os conhecimentos geográficos mais significativos”.*²¹

Os pescadores dizem que um de seus falecidos companheiros de profissão, Manoel Rocha, era capaz de navegar por toda a lagoa no escuro, reconhecendo exatamente cada lugar por onde passava, usando, para isso, o remo, que lhe servia como instrumento de reconhecimento do leito da lagoa. Mas como se dá este processo de localização?

Ainda de acordo com Castro Faria:

*“Todos os acidentes de terreno do fundo da lagoa que apresentam qualquer interesse para a pesca recebem dos pescadores de Ponta Grossa designações próprias. Distinguem, assim, murundus, pedreiras, duros de buracos, abas de coroa e lages de pau”.*²²

É necessário lembrar que me refiro a uma lagoa que, hoje, possui 160 km², o que significa que, dependendo de onde se esteja dentro da lagoa, a visão das margens torna-se difícil, senão impossível, como ocorre na ausência de iluminação ou quando nuvens plúmbeas encobrem o horizonte, ou ainda quando há névoa. Quando, por algum desses motivos, a visão fica limitada, os pescadores põem em prática seus conhecimentos sobre o leito lacustre, explorando o fundo da Lagoa com o remo, de forma a orientar a navegação pelo tato.

²⁰ Um trabalho de monografia sobre os sistemas classificatórios dos peixes, utilizados pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, já está sendo desenvolvida por João Paulo Gama de Oliveira, aluno do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

²¹ CASTRO FARIA, Luiz de. Cap V; 01. No Prelo.

²² Idem; 02.

3.1 – As Subdivisões da Lagoa

Pautados nos conhecimentos sobre a geografia lagunar, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos reconhecem várias regiões diferentes no espelho lacustre. Durante o trabalho de campo, conseguimos que eles elaborassem dois mapas da Lagoa. Num deles foi determinado o caminho feito pelo rio Ururaí, cortando a Lagoa de oeste para leste. O espelho d'água apareceu dividido em onze lugares: a Lama, o Barro Vermelho, o Canto do Sobrado, o Buraco do Nizo, o Canto do Zimbiuá (Canto dos Imbiuá), o Durinho da Valeta, os Fernandes, a Areinha, a Caraquinha, a Coroa Grande e o Porto do Pesque-Pague.

A Lama, o *Durinho da Valeta*, a Coroa Grande e a Areinha são, como revelam os nomes, lugares caracterizados pelo tipo de solo. Enquanto a Coroa Grande e a Areinha são terrenos arenosos, de topografia irregular, a Lama é uma região constituída por um solo sedimentar, escorregadio e “lamacento”. O *Durinho da Valeta* corresponde a “*um ressalto topográfico submerso (...), constituído por arenito endurecido*”²³. Já os Fernandes, o Buraco do Nizo, o Porto do Pesque-Pague e o Canto do Zimbiuá, foram denominados devido a fatores da história local. “Porto do Pesque-Pague” foi a identificação dada ao porto da beirada. Os Fernandes é o local referente à fazenda dos Fernandes, que pertenceu a Demerval Queirós Fernandes. Suponho que o Canto do Zimbiuá tenha este nome devido à presença constante de Imbiuás nesta região.

Dois tipos de variáveis são utilizados na elaboração das classificações. O primeiro diz respeito aos aspectos geográficos, incluindo fatores como o fundo da lagoa, a fauna, a flora e outros aspectos componentes da paisagem, tais como acidentes geográficos e construções humanas; o segundo é relativo aos lugares que possuem nomes próprios ou apelidos de pessoas, onde fatores históricos do uso do espaço contribuem para sua classificação.

A capacidade de realizar subdivisões sobre o espelho d'água é fruto da experiência cotidiana. Os relatos sobre a Lagoa são relatos de viagens, de práticas do espaço. A vivência do terreno lagunar e a experiência transmitida pelos mais velhos permitem que a Lagoa Feia seja entendida como um lugar que tem “lugares dentro dela”:

²³ Cf. BIDEGAIN: 2002.

“A antropologia nos explica o apego profundo do homem às menores porções do ambiente em que vive e o desejo que sente de dar-lhes um nome. ‘A pesquisa sobre a querença’ interessou-se pela psicologia topológica de ‘orientação espacial’, dos processos através dos quais indivíduos e grupos estão sempre transformando ‘espaços’ em ‘lugares’, ‘apegando-se’ a eles através de hábito, memória, temperamento e associação²⁴”.

Os pescadores reconhecem as subdivisões do terreno lagunar e suas transformações. São capazes de identificar as espécies da Lagoa Feia, assim como seus hábitos, suas preferências alimentares e os espaços que elas ocupam com mais frequência. E através da associação entre o conhecimento geográfico e os saberes naturalísticos locais surge a elaboração das práticas de pesca. Graças ao conhecimento que os pescadores possuem sobre os hábitos alimentares dos peixes, eles são capazes de presumir em que áreas hão de encontrá-los e de que maneira poderão capturá-los. Como explicam Vogel e Dias Neto:

“É de conhecimento comum que a pesca é uma atividade de *incerteza e risco*. Para um pescador torna-se difícil afirmar com precisão, por exemplo, a quantidade de peixes que pretende capturar. Assim, o que se observa nas comunidades pesqueiras de um modo geral, é a presença de um *sistema adaptativo comum*, ou seja, a criação de métodos pesqueiros adaptados às condições geográficas existentes, que tenha por função auxiliar o trabalho da pesca a fim de atenuar as condições de incerteza inerentes a este ofício”.²⁵

4 – As Pescarias²⁶

O emprego dos saberes relativos às espécies e à geografia lacustre resulta na formulação das técnicas de pesca. Vou descrever, em seguida, as seis modalidades de pesca mais relevantes para este trabalho. São elas as pescarias de trolha, de arrancada, de cutuca, de minjoada, de juquiá e de arrasto. As pescas de trolha e de cutuca, acredito, fornecem os melhores exemplos de como os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos empregam seus saberes naturalísticos nas atividades haliêuticas. A escolha das pescas

²⁴ BRIGGS: 1972; 80.

²⁵ VOGEL & DIAS NETO: 2003

²⁶ As descrições das modalidades de captura estão alicerçadas sobre o trabalho etnográfico e, também, exceto nos casos da Pesca de Arrancada e de Arrasto, sobre o material inédito escrito por Luiz de Castro Faria.

de juquiá, minjoada, arrancada e arrasto será justificada no último capítulo, onde procuro mostrar como e porquê houve, ao longo das últimas seis décadas, transformações na pesca artesanal da Lagoa Feia.

4.1 - A Pescaria de Trolha

Em uma embarcação navegam três pescadores: popeiro, meeiro e proeiro. O popeiro, além de, normalmente, ser o proprietário dos equipamentos de pesca, é aquele que desempenha os papéis mais importantes nas pescarias e, por isso, recebe o título de *mestre*.

A rede utilizada tem suas extremidades presas, por meio de uma tralha que passa de malha em malha, numa vara rija, denominada calão. Quando o mestre escolhe o local, manda que o proeiro fixe o primeiro calão. Feito isto, a canoa avança de maneira a traçar um semicírculo na direção desejada. Quando o lançamento da rede chega ao fim, é fixado o segundo calão. A canoa se afasta e depois retorna, em direção à rede, com o mestre batendo com o remo no chão, de maneira a fazer com que os peixes encaminhem-se contra a rede.

Depois disso o mestre assume a posição do proeiro, que retorna ao barco. Mestre e meeiro avançam até que seja fechado o círculo. É então que a trolha propriamente dita se inicia. O mestre, ou trolhador, caminha com a extremidade que assumiu da rede, formando com ela uma espiral. Neste momento apenas o mestre encontra-se na água, pois meeiro e proeiro estão no barco. Depois de completadas as primeiras voltas da espiral, fechando assim o cerco do peixe, meeiro e proeiro começam a recolher a rede e, com ela, os peixes emalhados. Desta maneira, após o fechamento da trolha o processo pode ser reiniciado.

4.2 - Juquiá

O juquiá é um instrumento feito de bambu entrelaçado, sendo oco e possuindo formato aproximadamente elíptico. Possui uma abertura em cada extremidade, sendo que a abertura da extremidade superior, a *boca de tirar peixe*, possui diâmetro menor que a da inferior.

O pescador que faz uso do juquiá precisa caminhar, ao acaso, submergindo, ou batendo, como dizem os pescadores, o instrumento na tentativa de captura da presa. O

sucesso da investida é denunciado pelo barulho que faz o peixe nadando dentro do juquiá. Quando é detectada a presença do vertebrado, o pescador introduz a mão, pela abertura da extremidade superior, e realiza um movimento giratório que tem por objetivo “tontear o peixe” antes de retirá-lo com a mão. Esta precaução é tomada, principalmente, por causa da traíra, cujo ataque é temido. Tanto Castro Faria assinala este cuidado em suas anotações, como os pescadores que me relataram esta pesca em Ponta Grossa dos Fidalgos.

4.3 – A Pesca de Arrancada

Esta modalidade de pesca é uma amostra de como os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos utilizam seus conhecimentos sobre a fauna e flora da região para reduzir as incertezas da atividade haliêutica. Através dos saberes relativos à ictiofauna, o pescador engendra meios propícios para captura de espécies específicas. No caso da *pesca de arrancada*, o objetivo é a captura de peixes que ficam na vegetação, tais como o piau, o acará e a traíra. Sabendo que estes peixes costumam freqüentar, para alimentação, reprodução ou pela preferência por águas mais quentes, as vegetações de aguapé, peri-peri²⁷ ou junco, o pescador percorre a Lagoa em busca de um espaço com algum destes tipos de vegetação. Encontrado o espaço desejado, inicia-se, então, o preparo para a pescaria.

O pescador cerca uma área de vegetação formando um círculo com a rede. É importante lembrar que nenhuma passagem deve ficar disponível, sendo assim, a rede deve ter altura semelhante ou maior que a profundidade da região escolhida para que os peixes não consigam fugir nem por cima nem por baixo dela. Terminada esta parte, o pescador entra no círculo formado e começa a extrair, com as mãos, a vegetação, que é jogada para fora do círculo. Quando a vegetação é arrancada, os peixes saem em disparada e acabam deparando-se com a rede e, então, emalhando. Após o término da “arrancada”, o pescador recolhe a rede e, juntamente, o pescado.

²⁷ *Cyperus Giganteus*.

4.4 – A Pesca de Cutuca²⁸

Castro Faria descreveu a pesca de cutuca como “processo de pesca baseado na utilização de um engôdo para os pias”. Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos atribuem aos pias a preferência pela casca do tronco de uma árvore: o jenipapeiro.

Assim, eles escolhem, de maneira pautada nos saberes sobre os hábitos dos peixes e também da geografia lacustre, um local na Lagoa para depositar um galho de jenipapeiro. Após essa etapa, o pescador passa a visitar seu galho periodicamente, jogando nele milho ou arroz, visando tornar o ambiente ainda mais atrativo para os pias.

Dessa maneira, formam-se verdadeiros criadouros de peixes dentro da Lagoa. Quando desejam pescar os pias, os pescadores seguem até o local do galho e lá realizam a pesca de trolha. Castro Faria afirma que o fundamento da pesca de cutuca “é o emprêgo do engôdo especial, de valor por assim dizer específico, pois sòmente os pias são seduzidos por êsse alimento”. Além do emprego do engodo, considero também fundamental a forma como os pescadores conseguem retornar aos seus galhos, visto que esses ficam submersos na Lagoa. Eles utilizam

“um processo de orientação que os pilotos denominam *enfiamento*. Estando a embarcação num certo local, procuram em terra, de um lado e de outro, dois acidentes quaisquer que estejam *enfiados*, isto é, colocados numa mesma reta; essas duas linhas passarão a representar os dois lados do triângulo, em cujo vértice estará sempre o ponto ocupado no momento pela embarcação e que se desejava assinalar”.

Os acidentes “enfiados” podem ser morros, árvores das margens da Lagoa ou construções feitas por homens e visíveis de dentro da Lagoa. Assim, na pesca de cutuca tanto são empregados conhecimentos relativos à ictiobiologia e à geografia, tanto da Lagoa quanto de seu entorno.

²⁸ Técnica de pesca muito semelhante foi registrada na lagoa de Maricá, sob o nome de “pesca de galho”. Cf. MELLO & VOGEL: 2004.

4.5 – A Pesca de Minjoada

Também conhecida como pesca de rede de espera ou, como no norte do Brasil, malhadeira, esta pesca consiste em deixar estendida uma rede de emalhar num local onde haja “trânsito” de peixes. A rede usada possui em média sessenta peças emendadas e trinta calões; “de casal em casal de redes, a partir das extremidades, prendem um calão e por meio dessas varas, fíncadas no fundo da lagoa em linha reta formam com a rede uma barreira, de encontro a qual investem os peixes nos seus movimentos²⁹”. Após um determinado número de horas, vinte e quatro, de acordo com Castro Faria, a rede é recolhida.

Cabe ainda mencionar a última frase da descrição que Castro Faria fez dessa pesca: “O sistema de minjoada é usado em qualquer época; a pescaria pode ser realizada por dois pescadores apenas, mas geralmente não a consideram muito rendosa³⁰”.

4.6 – A Pesca de Arrasto

Nessa pesca, dois barcos navegam paralelamente por centenas de metros, arrastando uma rede, de mais de 50 metros, com tijolos amarrados, que funcionam como chumbada. Também pode ser feita por apenas um barco. Para isso, é fixado um calão, ao qual fica presa uma das extremidades da rede; a outra extremidade fica no barco, que navega ao redor do calão, num movimento circular.

Essa pesca é considerada, pelos próprios pescadores, como prejudicial, pois afeta a constituição do fundo da Lagoa, em virtude dos tijolos presos a rede. Além disso, prejudica outras pescas, como a de cutuca, já que a rede arrasta tudo que encontrar no caminho, inclusive os galhos utilizados como criadouros de peixes.

5 – O Problema

Desde as primeiras visitas ao arraial, em fevereiro de 2002, ouvi dos pescadores um relato, que conta como todas as pessoas de Ponta Grossa dos Fidalgos se haviam reunido para pôr fim aos trabalhos de uma draga que desejava secar a Lagoa Feia.

²⁹ CASTRO FARIA, Luiz de. Cap V; 05. No Prelo.

³⁰ Idem.

O assunto surgia basicamente de duas maneiras: 1) quando alguém se espantava com as grandes dimensões da Lagoa, o que levava os pescadores a dizerem algo como “Já foi muito maior! Só não secaram a Lagoa porque nós, o povo de Ponta Grossa, não deixamos!” – lembro-me de ter presenciado esta cena pelo menos cinco vezes; 2) quando alguém perguntava sobre duas ilhas formadas em frente ao porto da beirada e os pescadores diziam tinham sido formadas com a terra escavada pela draga.

Contavam que o objetivo da draga na Lagoa era a remoção do Durinho da Valeta, um vertedouro natural, e, assim, secar a Lagoa para que os fazendeiros pudessem expandir sobre ela suas propriedades.

Em linhas gerais, foram estas as informações que recolhi nos primeiros quatro meses de pesquisa. As lacunas eram enormes e impediam o aprofundamento do trabalho sobre o material coletado. Entre outras coisas, eu não sabia, por exemplo, quando tinha ocorrido a paralisação da draga nem, tampouco, quem era o responsável pela obra.

Maiores detalhes dessa história apareceram durante a festa de São Pedro, realizada em Ponta Grossa dos Fidalgos no dia 28 de junho de 2002, véspera do dia do Santo. Nessa ocasião, conheci um senhor, ex-pescador de aproximadamente 60 anos, o “seu” Wadinho³¹. No porto da Beirada ele (re) contou a história da paralisação da draga, acrescentando, graças à sua notável memória, aspectos importantes que desconhecíamos até então.

Mencionou não uma, mas duas paralisações da draga, pois os pescadores tinham repetido sua intervenção, um ano depois da primeira. Em ambas as investidas os pescadores foram bem sucedidos e, de acordo com Wadinho, os detalhes desta “revolução de Ponta Grossa”, como é muitas vezes denominado o episódio, haviam sido registrados pela imprensa, como aliás confirmavam outros pescadores..

A maior contribuição de Wadinho veio, no entanto, no final da conversa, quando ele nos forneceu as datas dos dois eventos. A primeira paralisação da draga acontecera no dia 25 de setembro de 1978 e a segunda no dia 23 de outubro de 1979.

De posse da datas das duas investidas, bem como dos nomes de alguns dos atores nelas envolvidos, o passo seguinte foi a busca dos registros de imprensa relativos ao assunto. Graças à precisão de Wadinho, foi possível localizar o material sem qualquer dificuldade. Já no primeiro periódico (Folha da Manhã) consultado, estava

³¹ Oswaldo Soares de Sousa

estampada uma reportagem, que, sob o título “Pescadores se revoltam e param draga na Lagoa Feia³²”, ocupava metade da primeira página.

A partir desse momento, foi iniciada uma pesquisa sobre as fontes jornalísticas disponíveis, sobretudo o Jornal Folha da Manhã, que deu maior cobertura aos episódios relativos aos conflitos que ocorreram às margens da Lagoa Feia.

Coadunando o material jornalístico às informações obtidas entre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, foi iniciado o processo de elaboração de um texto sobre a série de episódios que decidimos chamar de “O Drama Social das Perturbações Ecológicas da Lagoa Feia”.

³² Folha da Manhã, 26 de Setembro de 1978.

II. O SANEAMENTO E A BAIXADA CAMPISTA: A TENSÃO ENTRE TERRAS E ÁGUAS

1 – O Sanitarismo

Com as contribuições da “revolução pasteuriana”, na descoberta de micro-organismos, e os avanços da teoria infeccionista, na compreensão dos processos de contágio de doenças, instaura-se uma nova concepção do laço social; pois, a partir de então, percebe-se que os indivíduos ligam-se, também, num plano microscópico, pela ação de vírus e bactérias³³.

A respeito disso, comenta Mary Douglas:

“(…) nossa idéia de sujeira é dominada pelo conhecimento de organismos patogênicos. A transmissão bacteriana de doenças foi uma grande descoberta do século dezanove. Ela produziu a mais radical revolução na história da medicina³⁴”.

Essa nova forma de pensar a transmissão das doenças identificou nas águas estagnadas um obstáculo a ser vencido, visto que os meios alagadiços fornecem condições propícias à proliferação de mosquitos vetores de doenças endêmicas, tais como a febre amarela, a malária, a peste bubônica e outras.

Para acabar com os focos de tais enfermidades, seria necessária uma batalha contra os pântanos e alagadiços. Tal empreendimento, por sua vez, constituiria uma autêntica reforma da natureza, a ser realizada através do uso da técnica.

A confiança depositada nos métodos científicos, capazes de empreender as correções das imperfeições presentes na natureza, sustentava-se sobre o postulado positivista de que todos os problemas poderiam ser solucionados através do uso da razão. Com os cálculos corretos, a técnica adequada e os instrumentos necessários, qualquer problema seria passível de solução.

³³ Cf. MELLO & VOGEL: 2004; 131-132.

³⁴ DOUGLAS: 1979.

No Brasil, as idéias de Augusto Comte encontraram um solo fértil. Datam de 1850 suas primeiras manifestações, encontradas nas teses de doutoramento da Escola de Medicina e na Academia Militar. Em 1870, a discussão dos temas positivistas transcende os muros acadêmicos e passam a interferir na política nacional.

O Visconde de Uruguai lembra que, de 1828 a 1850, os serviços de saúde pública eram de responsabilidade dos municípios, mas que, desde então, houve, até 1889, a criação de órgãos centrais de saúde pública, aos quais estavam subordinados os órgãos provinciais e municipais³⁵. Assim, no período final do Império, a política sanitária constituía um sistema unitário, onde todas as repartições de higiene eram subordinadas a um centro diretor.

Com o advento da República, uma série de reorganizações e reformas foi realizada com o intuito de promover a descentralização da organização sanitária vigente. Destarte, a centralidade do sistema político de saneamento, presente no Império, deu lugar à liberdade dos Estados e Municípios naquilo que concerne à administração, legislação e organização da higiene pública.

A organização sanitária sofreu, neste período, drásticas transformações. Foi extinta a Inspetoria de Higiene da Província do Rio de Janeiro, bem como as Inspetorias de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Pará e Amazonas. E, em 1892, foi concluída a descentralização do serviço sanitário, “com o desligamento das repartições congêneres nas demais províncias³⁶”.

Com exceção das capitais, os serviços de higiene foram entregues às municipalidades, onde os governos estaduais apenas podiam intervir em épocas anormais.

Os resultados alcançados através das reformas republicanas parecem não ter sido satisfatórios. De acordo com Corrêa Bittencourt, a febre amarela, apenas no Rio de Janeiro, foi responsável pela morte de 20 700 pessoas nos dez primeiros anos da República, enquanto no decênio anterior o número foi de 8 864 vítimas³⁷.

Uma epidemia de cólera no Vale do Paraíba, em 1895, forçou o Governo da União a intervir nos estados flagelados. Foi, então, nomeada uma comissão, chefiada pelo Dr. Azevedo Sodré, para elaborar um sistema de defesa contra a doença.

³⁵ Cf. IYDA: 19--; 30.

³⁶ Corrêa Bittencourt: 1986; 194.

³⁷ Cf. Corrêa Bittencourt: 1986; 198.

Os atritos entre as autoridades sanitárias federais e os governos estaduais forçaram o Governo a retirar a comissão, após esta ter alcançado sucesso quase completo no combate à epidemia. Sem a presença dos agentes sanitários federais, a cólera recrudesciu.

Num documento, transcrito em grande parte no relatório do Ministro dos Negócios Interiores, de 1896, declarou o Dr. Azevedo Sodré:

“(...) os poderes públicos entregaram aqui na Capital à Municipalidade todos os serviços de higiene e com eles o material de defesa, que pertencia ao Governo; deram aos estados a faculdade de legislar e administra a higiene como bem entendessem, e nós assistimos hoje ao triste espetáculo do desmoronamento, sem concerto ulterior, da organização sanitária do Império (...)”³⁸.

A organização sanitária do sistema republicano, em função de suas freqüentes derrotas no combate aos morbos que atormentavam o povo brasileiro, sofria críticas cada vez mais incisivas.

A insatisfação com os rumos que tomava a política brasileira de saneamento, durante a República, recrudesciu quando a imagem bucólica de uma população sertaneja de alma forte e índole dócil começou a ser refutada pelos cientistas-viajantes. Em longas expedições, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belisário Penna, e Arthur Neiva percorreram o Brasil documentando uma triste realidade da vida camponesa:

“O que revelaram à opinião pública foi o pronunciamento implacável do microscópio: a sífilis, a ancilostomíase, a malária, a febre amarela e a doença de Chagas, cujos efeitos, somados aos da indigência, assolavam a quase totalidade das regiões”³⁹.

As populações outrora imaginadas como mais perfeito ideal de beleza e saúde, a partir das expedições empreendidas pelos médicos partidários do sanitarismo, passam a ser vistas como o retrato da degradação humana.

O problema deixa de ser a incapacidade racial e passa a ser a fraqueza física e moral causada pelas moléstias. Belisário Penna, então, alerta para a necessidade de se fazer conhecer essa realidade “descoberta” nos sertões:

³⁸ Azevedo Sodré *apud* Corrêa Bittencourt: 1986; 211.

³⁹ MELLO & VOGEL: 2004; 121.

“Propaganda activissima, ininterrupta, precisa ser feita para incutir no espírito de todos os nossos patrícios, sobretudo no dos bons homens publicos, dos litteratos, dos jornalistas, dos intellectuaes, emfim, que o alcoolismo, a trypanosomiase americana, a malária e a opilação, em vastissima escala, e outras endemias em menor, são as causas do nosso atrazo e da vergonhosa retaguarda em que vamos ficando de outros povos⁴⁰”.

Mas, se existe a preocupação com o estado de enfermidade, no qual se encontra imerso o povo brasileiro, há também a certeza de que o problema possui solução: o saneamento. Como afirma Monteiro Lobato, “o caipira não ‘é’ assim, ele ‘está’ assim⁴¹”.

No decorrer da República Velha, a inquietação relativa ao saneamento intensificava-se. Com a publicação de “O Problema Vital”, também Monteiro Lobato advertiu sobre o problema que assolava a população brasileira:

“O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença; e em seguida fazer dessa idéia o programa de todos os governos, a idéia fixa de todos os particulares⁴²”.

O saneamento passou, então, a ser almejado por políticos e intelectuais que acreditavam que, através do combate às águas estagnadas, seria realizado o “resgate das terras perdidas” e, também, a eliminação das doenças endêmicas que tantos transtornos causavam à nação.

Os pântanos passaram a ser encarados como regiões economicamente improdutivas e responsáveis pela proliferação dos mosquitos vetores de doenças. A substituição das superfícies alagadas por pastos e canaviais significava, pois, um ganho de espaço economicamente útil, capaz de gerar riquezas para a nação, além de representar um enorme avanço na luta contra as enfermidades que deterioravam a saúde do povo brasileiro. Através de tais medidas, o Brasil, enfim, entraria no caminho do progresso.

⁴⁰ PENNA: 1919; 172.

⁴¹ MONTEIRO LOBATO: 1961; 285.

⁴² Idem; 272.

Em 1918, foi instituída a Liga Pró-Saneamento do Litoral do Brasil e, em 1919, criada a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral. De acordo com Luiz de Castro Faria:

“A retórica dos escritos era pomposa: ‘Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo’, e um apologeta dessa ideologia salvacionista chegou a proclamar: ‘Oswaldo Cruz foi o Cristo da religião do saneamento, o precursor da cruzada patriótica de redenção de nossa raça e de reabilitação nacional (Belisário Pena)⁴³”.

A ideologia do saneamento, no entanto, veio a consolidar-se apenas com a instauração da República Nova, na década de 1930. No governo de Getúlio Vargas, as propostas do saneamento obtiveram ampla legitimação e serviram de base a uma das principais políticas públicas do Estado Novo⁴⁴.

O diagnóstico da realidade brasileira, tal como formulado por Vargas, podia ser resumido da seguinte forma:

“Há no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais, está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente”.

“‘Sanear, educar, povoar’” – eis a palavra de ordem, cuja difusão e cumprimento deve presidir o grande projeto da ‘valorização do capital humano⁴⁵”.

Determinada a enfrentar o problema da estagnação das águas, a República Nova criou, em 1933, uma Comissão para responsabilizar-se pelo combate aos meios palustres, realizando o dessecamento das terras encharcadas e, também, a colonização das terras conquistadas por este processo.

A Comissão foi, devido ao seu intenso labor e seus conseqüentes resultados, sob a direção de Hildebrando de Araújo Góes, em 1936, promovida a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. O sucesso contínuo desta empreitada fez com que

⁴³ CASTRO FARIA: **Pescadores e Pescarias**. In: KANT DE LIMA: 1997.

⁴⁴ Cf. MELLO & VOGEL. 2004 (No Prelo); 87.

⁴⁵ VARGAS: 1938; 245.

a Diretoria de Saneamento alcançasse uma segunda elevação, desta vez em 1940, sendo transformada em Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.

“Tais foram os resultados obtidos, tão promissores os aumentos verificados nas receitas arrecadadas pela União, pelo Estado e pelas Prefeituras, tão completa havia sido a vitória do homem sobre o pântano, que, sabiamente, quiz o Governo estender os benefícios daquela obra aos demais estados do Brasil, criando, em 1940, o ‘Departamento Nacional de Obras de Saneamento’, destinado a estudar, projetar, executar, fiscalizar e conservar as obras de saneamento e de recuperação de terras, empreendidas pelo Governo Federal⁴⁶”.

Com o DNOS, o Brasil teve, novamente, uma organização centralizada do serviço público de saneamento.

A Baixada Fluminense, em virtude de suas características geológicas, constituía uma enorme área repleta de alagadiços. Situada nos limites imediatos da Capital Federal, foi nesta região que se iniciaram os trabalhos do recém criado DNOS.

“As tarefas a serem executadas, com o objetivo de sanear os 17.000 Km² da baixada litorânea fluminense, eram múltiplas e complexas. Era preciso recuperar áreas periodicamente alagadas pelas marés; defender outras contra inundações recorrentes; dragar leitos de rios, riachos e córregos; retificar cursos d’água; assegurar a drenagem subterrânea dos alagadiços; construir polders, diques, pontes e viadutos; e, finalmente, abrir canais, (...) problemas dos mais comuns no litoral norte fluminense”⁴⁷.

Na Baixada Campista, durante as cheias de verão, as águas estendiam-se sobre a planície formando perenes brejais. A camada de argila sedimentar, que caracteriza o revestimento da Baixada, dificultava a infiltração das águas, acentuando ainda mais a impetuosidade das cheias. A luta do homem contra o meio na região era antiga, tendo sido assinalada por Alberto Lamego já no período jesuítico, quando os padres empreendiam as aberturas de canais, rios e valas⁴⁸. O paludismo, problema já assinalado por Pizarro e Araújo, trazia grandes transtornos à região:

⁴⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: 1942; 497.

⁴⁷ MELLO & VOGEL. No Prelo; 88

⁴⁸ LAMEGO: 1996; 34.

*“(...) os pântanos e os charcos, donde se fermentam as rigorosas malignas, que anualmente acometem aos que nêles residem; e anos tem havido em que famílias inteiras desapareceram por esta epidemia. Nos meses de março e abril grassam constantemente as febres intermitentes, que se curam com o uso da quina; as enfermidades maiores são de ordinário epidêmicas”.*⁴⁹

Assim, a planície campista representava um dos principais desafios a ser enfrentado pelo DNOS.

Coube a Próspero Vitalis a direção dos serviços de saneamento em Campos dos Goytacazes. No livro *Terra Fluminense*, de Azevedo Silva, Vitalis aparece numa citação mencionando lagoas transformadas em canaviais ou pastagens. Dentre elas a Lagoa de Saquarema Grande, Saquarema Pequena, Mergulhão, Perú, Cambaíba, Restinga Nova, Bananeiras, Ciprião, Jacaré, Taí Pequeno, Quitunguta, Água Preta, Coqueiros, Aboboreira, Tambor, Sussunga, Colégio e da Concha.

Diz o engenheiro:

*“Admitindo-se um perímetro de 50 quilômetros para a lagoa Feia, que é o que nos fornecem os elementos que temos atualmente em mãos, podemos assegurar que nada menos de 2 mil alqueires geométricos foi a área reconquistada de alagados existentes, pois três quilômetros no mínimo, recuaram as águas neste vastíssimo reservatório que é a lagoa em apreço.”*⁵⁰

Além das lagoas anteriormente citadas, houve, ao longo das obras de saneamento promovidas pelo DNOS, o dessecamento de outras, como a Lagoa da Goiaba e a da Ribeira, por exemplo, assim como os rios da Onça, Novo, do Ingá, Barro Vermelho e do Furado que deixaram de existir. As lagoas tornaram-se, na maioria dos casos, áreas dedicadas à agropecuária. Os rios citados, que eram os responsáveis pelo escoamento da Lagoa Feia, deram lugar ao Canal das Flechas.

2– O Canal das Flechas

O maior empreendimento realizado pelo DNOS na Lagoa Feia foi a construção do Canal das Flechas. Iniciada em 1942, a obra teve como objetivo facilitar o escoamento das águas da bacia hidrográfica da Lagoa para o oceano. Para isso, foi aberto um canal

⁴⁹ PIZARRO E ARAÚJO: 1945; 120.

⁵⁰ Próspero Vitalis *apud* Azevedo Silva. 1955; 103.

artificial, com 13 km de extensão por 120 m de largura, que substituiu o sistema natural de escoamento pelos rios da Onça, Novo, do Ingá, do Barro Vermelho e do Furado, que se uniam no Rio Iguaçu⁵¹.

Os diques do Rio Paraíba do Sul já estavam construídos e conseguiam conter apenas parcialmente as cheias periódicas. Isso, todavia, não anulava os problemas causados pelas cheias. A solução encontrada foi o aproveitamento da declividade natural do relevo do Rio Paraíba até a Lagoa Feia para a construção de canais que escoariam as águas do Paraíba para a Lagoa. A função do Canal das Flechas seria, então, realizar o escoamento das águas da Lagoa para o Oceano.

Os defluentes da Lagoa Feia foram desviados de leste para oeste, da laguna do Açú para a Barra do Furado e, com a instalação de comportas manobráveis junto às tomadas d'água do rio Paraíba do Sul, permitiu-se que a rede de canais construída pelo DNOS cumprisse duas funções: 1) de irrigação, no período de estiagem, e 2) de drenagem, no período das cheias⁵².

A abertura do Canal também “rebaixou o valor médio das cotas máximas dos níveis de água da lagoa em cerca de 80 cm e também o das cotas médias mínimas em torno de 90 cm”⁵³, o que levou a uma enorme perda da área lacustre, pois as águas recuaram, deixando grandes extensões de terra secas.

De todos os fatores que contribuíram para a redução do espelho d'água da Lagoa Feia, parece ter sido a construção do Canal das Flechas o mais importante⁵⁴. Esse processo de redução torna-se explícito quando pensamos que, em 1898, Marcelino Ramos da Silva atribuía 370 km² de superfície à Lagoa, enquanto Saturnino de Brito, em 1929, conferia-lhe apenas 335 km², e o mapa elaborado pela ONG Lagoa Viva, juntamente com o CREA-RJ, em 2002, exibia a mesma lagoa reduzida a somente 160 km²⁵⁵.

"A lagoa Feia foi a maior do Estado do Rio de Janeiro até 1949, data de conclusão do canal da Flecha pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS. Sua superfície superava a da lagoa de Araruama,

⁵¹ Cabe mencionar aqui que houve, em 1688, a primeira abertura de um canal artificial para o escoamento das águas da Lagoa Feia: o Canal do Furado.

⁵² SOFFIATI: 19--; 23.

⁵³ BIDEGAIN: 2002; 78.

⁵⁴ Comunicação particular do Prof. Dr. Aristides Soffiati.

⁵⁵ SOFFIATI: 19--; 29-30.

sendo pouco inferior a da Baía de Guanabara. No início do século XX, medições apontavam uma área de 370 km² no período chuvoso⁵⁶.

Na data de sua conclusão, o Canal das Flechas tinha treze quilômetros de extensão por cento e vinte metros de largura.⁵⁷

2.1 – O Canal Submerso

O DNOS iniciou as obras que visavam evitar a acumulação de sedimentos na foz dos rios Ururá e Macabú, assim como na foz do Canal de Tocos, em fins da década de 1970. Foi concebido, então, um canal submerso

“(…) em forma de tridente que rasgaria o leito da Lagoa Feia de modo a formar um fluxo que transportasse os sedimentos para as comportas do Canal das Flechas, onde seriam retirados com dragas⁵⁸”.

Os pescadores acompanharam atentamente à construção do canal que, com cerca de 5 metros de profundidade e largura prevista de 104 metros, atravessaria o espelho d’água da Lagoa Feia, de uma margem a outra, interligando o rio Ururá, o Macabú e o Canal de Tocos ao Canal das Flechas.

O material escavado pelas dragas durante a abertura dos canais, no entanto, não era retirado da Lagoa, o que contribuía para a aceleração do assoreamento lacustre. Dessa maneira, as obras do DNOS facilitaram a ação de proprietários de terras, que, objetivando ampliar a extensão de suas fazendas, aproveitavam a redução do volume d’água para construir diques para impedir o avanço das águas sobre suas terras no período das cheias⁵⁹.

Para concluir a construção do canal submerso, o DNOS teria de remover um acidente topográfico da Lagoa Feia, sendo aquele conhecido entre os pescadores como Durinho da Valeta. Este resalto é considerado extremamente importante pelos pescadores, pois funciona como um retentor das águas que, em função do declínio do

⁵⁶ BIDEHAIN:2002; 11.

⁵⁷ BIDEHAIN: 2002; 78.

⁵⁸ SOFFIATI: 19--; 25.

⁵⁹ Aristides Soffiati menciona em sua dissertação de mestrado, *Perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste Fluminense entre os séculos XII e XX*, que o DNOS estimulava as anexações de áreas lacustres, chegando até a distribuir uma cartilha sobre a construção de diques.

terreno lacustre, escoariam para o oceano caso não encontrassem em seu caminho um obstáculo: o Durinho. Assim, seu papel é o de um regulador natural do nível das águas e sua destruição, argumentavam os pescadores, levaria ao dessecamento total da Lagoa.

Sobre o Durinho da Valeta, disse o pescador Dóba:

“Um duro de barro da natureza que Deus nos deixou. Deus criou e ali deixou e o homem queria acabar. (...) o Durinho lá é um lugar alto, é um lugar que é alto e a bacia aqui é baixa, é uma bacia toda, mas lá vai subindo. É tipo uma escada, vai subindo. E quando eles viessem rasgar aquilo lá, a lagoa escoava tudo pro mar e secava a lagoa. (...) Não deixamos acontecer isso, esse acidente, porque se acontecesse nós não ia ter mais a lagoa, ia acabar com tudo. Isso é a natureza que Deus deixou pra nós. E nós não permitimos isso⁶⁰”.

⁶⁰ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2002.

III. AS PARALISAÇÕES DA DRAGA NA LAGOA FEIA

1 - A Primeira Insurreição

No dia 25 de setembro de 1978, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, reunidos na Praça da Beirada, organizaram-se para impedir a continuidade dos trabalhos da draga “Marcelo II”, da firma Dranger, que prestava serviços ao DNOS.

Segundo o pescador Manoel Pessanha Rocha, então líder dos pescadores, o clima de tensão instaurou-se entre os habitantes de Ponta Grossa depois que o diretor do DNOS no Estado do Rio de Janeiro, Acir Campos, declarou, a um jornal da região, que o destino da Lagoa Feia era secar.

Manoel Rocha afirmava que, dias antes da publicação dessa declaração no jornal, Acir Campos teria lhe dado uma outra versão para os trabalhos do DNOS na Lagoa Feia.

“Como é que ele pode ter tudo isso se, alguns dias antes – e eu transmiti o recado para minha gente – ele me afirmou em seu gabinete de trabalho que o DNOS não iria prejudicar os pescadores e que as obras eram só para beneficiar a lagoa?”⁶¹.

Os membros do Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), presididos por Aristides Arthur Soffiati, tentaram convencer os pescadores de que seria melhor buscar uma solução por meios legais, mas essa proposta não foi aceita.

Os alunos da Escola Municipal José de Azevedo⁶², cerca de duzentos e trinta, foram liberados para que participassem junto a seus professores, que levaram a bandeira nacional, da paralisação da draga.

Então, às 08:30 daquela manhã, cerca de seiscentas pessoas, lideradas pelos pescadores João Pio e Nancy, rumaram ao centro da Lagoa, decididas a pôr fim às operações da máquina que trabalhava para o DNOS.

⁶¹ Folha da Manhã de 26/09/1976.

⁶² Escola de 1º Grau localizada em Ponta Grossa dos Fidalgos.

Os homens que operavam a draga surpreenderam-se ao ver, de longe, a aproximação das cem canoas que traziam os pescadores e suas famílias. A bandeira do Brasil também podia ser vista à distancia, sacudida pelos ventos da Lagoa.

Quando chegaram à draga, o clima era muito tenso. Alguns pescadores desejavam destruir a máquina, enquanto outros, mais ponderados, pretendiam apenas interromper seu funcionamento, sem qualquer violência.

Os funcionários da draga, então, perguntaram quem era o chefe do movimento, enquanto ligavam um gravador, com a intenção, dizem hoje os pescadores, de intimidar os manifestantes. O aparelho foi desligado pelo pescador Nancy, que lhes ordenou paralisar a draga imediatamente. Tal atitude impetuosa surpreendeu ainda mais os funcionários.

Indagados novamente sobre a “chefia” do movimento, um pescador respondeu, com uma acentuada dose de ironia, que ali estavam muitos chefes de família. Assim, o ambiente acalmou-se um pouco e, em seguida, as crianças levantaram “Xerife” e “Certeza”, um casal de cães, apontado-os como os verdadeiros líderes do movimento.

Paralisada a draga, os pescadores e suas famílias retornaram a Ponta Grossa dos Fidalgos. Enquanto as pessoas desembarcavam das canoas, uma mulher, chamada Deusa Tavares, solicitou de seus companheiros um compromisso de cumplicidade:

“Olha aqui minha gente, amanhã todos tem (SIC) que dizer que foi todo mundo para a draga. A população inteira de Ponta Grossa dos Fidalgos. O governo pode mandar apanhar a gente e, para o nosso próprio bem, ninguém pode falar outra coisa”.⁶³ (grifo nosso).

O povo de Ponta Grossa ameaçava votar em branco na eleição seguinte, pois reclamava da ausência dos políticos locais para ajudá-lo naquele momento. Ao retornar da Lagoa, o pescador Pedro Tavares disse à população, na Praça da Beirada:

“Na minha idéia, em Ponta Grossa, ninguém deve votar para ninguém. Eu quero ver qual político ajudando a gente nesse momento. Eles são bons para prometer mas para cumprir não”.

Concluindo seu discurso, Pedro Tavares disse:

⁶³ Idem.

“Quero ver qual é o fazendeiro, estes que estão usufruindo do esvaziamento da lagoa, que dê trabalho a gente na safra e na entressafra. A lagoa é nossa mãe e não podemos abrir mão dela”.⁶⁴ (grifo nosso)

A população não desejava mais a simples paralisação da draga; exigia o afastamento do DNOS da região, pois a diminuição de aproximadamente 180 km² do espelho d'água da Lagoa era atribuída ao período em que homens e máquinas desse órgão tinha começado a realizar obras no local.

No dia seguinte, um clima de tensão pairou sobre o arraial. O DNOS entregou o caso às autoridades de segurança e dez pescadores foram intimados, pelo delegado da Polícia Federal em Campos, Rubson Fioravante, a prestar esclarecimentos sobre a paralisação da draga.

O chefe da Residência do DNOS em Campos, o engenheiro Neif Camis, foi a Ponta Grossa dos Fidalgos acompanhado de oito agentes da Polícia Federal. Ele deixou em sobre-aviso o 56º Batalhão de Infantaria, em Campos, e solicitou um destacamento da Polícia Militar para a localidade, com o objetivo de, assim, garantir a continuidade dos trabalhos da draga.

No dia 27 de setembro os pescadores intimados não compareceram à Delegacia da Polícia Federal em Campos. Nesse dia, foram à Delegacia os integrantes do CNFCN; os funcionários da draga; o presidente da Câmara Municipal, Hélio Coelho de Freitas; o presidente da subseção da OAB, Geraldo Machado; e o advogado e presidente do Diretório local do MDB⁶⁵, Manuel Luis Martins Neto.

O delegado Fioravante, apesar da presença dos funcionários da draga, disse que só ouviria suas declarações após ouvir os pescadores.

Hélio Coelho e Manuel Luis Martins Neto foram para Ponta Grossa dos Fidalgos, em busca dos pescadores. Não encontraram as pessoas que procuravam e obtiveram apenas a informação, dada pelas esposas dos pescadores, de que eles tinham ido passar o dia na Lagoa, pescando, e que só voltariam quando tivessem a certeza de que não seriam detidos.

Os depoimentos foram marcados para o dia 28 de Setembro e, desta vez, compareceram os dez pescadores citados. O delegado Fioravante assegurou que

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Movimento Democrático Brasileiro. Partido de oposição no sistema bipartidário vigente durante a ditadura militar brasileira.

nenhuma medida repressiva seria tomada e que os depoimentos seriam utilizados apenas para encontrar as soluções do problema.

Houve um momento em que o Delegado se reuniu com os pescadores, aconselhando-os a preparar um abaixo-assinado no qual deveriam relatar todos os fatos ocorridos, para que este fosse enviado às esferas federais competentes. Pediu aos pescadores que evitassem qualquer atitude de violência.

Os dez pescadores questionavam o motivo que teria levado apenas eles a serem chamados, visto que 600 pessoas tinham participado do levante. Argumentaram estar defendendo a Lagoa, pois a continuação do canal submerso levaria ao seu esvaziamento. Lembraram, ainda, que outros problemas ameaçavam o ecossistema lacustre, como os constantes despejos de vinhoto, que já estavam “envenenando nossos peixes, a tal ponto que a gente nem consegue mais beber a água”.⁶⁶

No dia 29 de Setembro, mais oito pescadores e dois funcionários que trabalhavam na draga foram ouvidos pelo delegado. Os depoimentos duraram cerca de nove horas e ocorreram num clima de tranqüilidade. Ficou decidido que Manoel Rocha iniciaria a coleta das assinaturas do abaixo-assinado o qual seria anexado aos depoimentos.

Os pescadores mostravam-se confiantes em uma solução que lhes fosse favorável, principalmente por terem visto, no dia anterior, funcionários do DNOS desmontando a draga, o que dava a impressão de que ela seria retirada da Lagoa Feia, ficando, assim, resolvido o problema.

Em 06 de outubro, a diretoria do CNFCN reuniu-se para elaborar um documento que questionava as obras de macro-drenagem realizadas na região da Lagoa e assinalava os prejuízos pelas mesmas ao ecossistema da região.

No dia 09 deste mês, o então candidato à Presidência da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, fez uma visita a Campos. Após seu discurso, Figueiredo recebeu de um dos diretores do CNFCN o documento sobre a Lagoa Feia e as obras do DNOS, prometendo analisá-lo com atenção.

O mesmo documento foi entregue também ao delegado Fioravante, no dia 11. Na ocasião, se anunciou que seria encaminhado igualmente a todos os órgãos responsáveis por questões ambientais, no País.

⁶⁶ Folha da Manhã de 29/09/1978.

O documento abordava diversas questões. Expunha os danos causados pelas obras do DNOS à fauna e flora, bem como à economia regional. Argumentava que a Lagoa Feia era uma das principais zonas de evaporação da região, e que tinha, portanto, impacto direto sobre os índices pluviométricos da mesma. Assim, a redução da Lagoa, além trazer prejuízos aos pescadores, traria problemas também para a lavoura canavieira, em função de uma provável redução das chuvas. Outro problema discutido no documento foram os diques, construídos pelos fazendeiros, e que impediam a reprodução das espécies sub-aquáticas nas margens da Lagoa.

A abertura do canal submerso também agravou o problema do despejo de vinhoto, feito pelas usinas da região⁶⁷, nos rios e canais. De acordo com os membros da diretoria do CNFCN, a construção do canal submerso

“fez com que o vinhoto oriundo do rio Ururaí, antes depositado nas margens, seja diretamente levado pelo canal até o meio da lagoa, prejudicando sensivelmente o abastecimento d’água para as populações ribeirinhas⁶⁸”.

No mesmo documento, os ambientalistas questionavam também os trabalhos realizados pela draga na Lagoa Feia.

“Sabemos que remexendo o fundo da lagoa, gases tóxicos são desprendidos, causando a mortandade de peixes. Além disso, a terra removida, colocando (SIC) nas margens do canal submerso, ainda no meio da lagoa, acelera a formação de ilhas que, juntando-se umas com as outras, assumem contornos de diques naturais, aproveitados pelos proprietários para cercar as terras confrontantes e ampliá-las⁶⁹”.

A diretoria do CNFCN solicitava, ainda no documento: 1) a demarcação do espelho d’água da Lagoa Feia; 2) a inserção de biólogos e ecólogos na equipe técnica de planejadores das obras de macro-drenagem; 3) a definição da referência de nível (RN) utilizada na obra, visto que não se sabia se a almejada cota 3 era a geodésica ou a

⁶⁷ Usinas Paraíso e Ururaí.

⁶⁸ Parte do Trecho final do documento, elaborado pela Diretoria do CNFCN, publicado pela Folha da Manhã no dia 12 de outubro de 1978.

⁶⁹ Idem.

utilizada por Saturnino de Brito, sendo a segunda 1,75m menor; e 4) a inspeção dos órgãos responsáveis pela preservação de rios e lagoas – SERLA e FEEMA.

Uma campanha de coleta de assinaturas, para fundamentar uma ação popular contra o DNOS e os fazendeiros que ocupavam as áreas lacustres, foi iniciada pelo CNFCN no dia 12 de outubro.

Assim, as obras da engenharia sanitária na região já encontravam, nesse momento, manifestações de resistência, que viriam a recrudescer no dia 13 de outubro, quando o DNOS determinou a reconstrução do dique-estrada, de aproximadamente 5m de altura por 4 de largura, que separava os rios Laranjeira e Quitunguta, na foz do Canal das Flechas.

Este fora recentemente destruído pelos pescadores do Furado e, enquanto os tratores do DNOS refaziam o dique, ameaçavam destruí-lo novamente, durante a noite. Alegavam que o dique-estrada funcionava como uma barragem, impedindo o fluxo das águas e comprometendo o lençol freático, numa área de aproximadamente 50 km de extensão, compreendida entre o Furado (fronteira entre Campos e o atual município de Quissamã) e o Açú (entre Campos e São João da Barra).

Afirmavam ainda que esse dique impedia a entrada de peixes e camarões no Lagamar. Um pescador declarou à Folha da Manhã que, “sem esta ligação entre o Laranjeiras e o Quitunguta, só teremos aqui vinhoto e muita miséria⁷⁰”.

As palavras do pescador revelaram-se proféticas, pois no dia 20 de outubro ocorreu a mortandade de 4 toneladas de peixes no Lagamar⁷¹, em função da concentração de vinhoto, produzido pelas usinas da região. Sobre o episódio, falou o pescador Amaro Calor, de 78 anos:

“Nunca vi coisa parecida e é tudo resultado desse maldito dique que esse DNOS, que só cuida do interesse dos poderosos, construiu em má hora. Antes, o vinhoto era jogado, através dos canais, para o mar. Agora, vem tudo para cima de nossas lagoas e a miséria está feita, daqui à Barra do Açú, a mais de 40 quilômetros de distância”.

⁷⁰ Folha da Manhã de 14 de Outubro de 1978.

⁷¹ As mortandades de peixes constituem um fenômeno já recorrente em algumas lagoas do Estado do Rio de Janeiro, dentre elas a Lagoa Rodrigo de Freitas e a Lagoa de Maricá. Nesta última o fenômeno foi analisado exaustivamente por Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel. Cf. MELLO & VOGEL: 2004.

Era grande a revolta entre os pescadores. Então, com suas mulheres e crianças eles seguiram, num grupo de aproximadamente 500 pessoas, empunhando a bandeira nacional, para o local da mortandade. Estavam dispostos a destruir novamente o dique, mas foram dissuadidos pelo vereador Aldemir Gonçalves⁷².

Os pescadores de São Tomé não concretizaram as ameaças de destruir o dique estrada, mas, no dia 21 de outubro, o procurador do DNOS, Gilson da Silva Moraes, moveu uma ação contra os pescadores. Afirmava que as resistências dos pescadores de São Tomé e da Lagoa Feia não passavam de atos de violência, que provavelmente eram incitados por “elementos estranhos⁷³”.

Declarou o procurador:

“O Governo, para ampliar as áreas agricultáveis na região, que tem por economia a agricultura canavieira e a pecuária de leite e corte, planejou o sistema de irrigação com o aproveitamento da lagoa e *é claro que não levou em conta a existência da economia pesqueira, que é de subsistência*”.

“(…) temos que pensar, além do fator econômico, que os técnicos não iriam errar nos planos, aprovados e financiados pelo Governo. De forma que a discussão me parece sem embasamento técnico e à base de agitação⁷⁴.”

O conflito intensificava-se cada vez mais. Em 24 de outubro, foi anunciada a visita a Campos do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, para debater os problemas entre os pescadores, da Lagoa Feia e de São Tomé, e o DNOS.

Dois dias depois desse pronunciamento, mais de 300 pescadores deram um prazo de 48 horas ao Governo Federal para que fosse reaberta a ligação entre o canal Quitunguta e a Barra do Furado.

Neif Camis declarou à imprensa, no dia 27 de outubro, que não fazia sentido a preocupação dos pescadores de Ponta Grossa de que as obras do DNOS viessem a

⁷² Na década de 1970, foi cabo eleitoral do partido do governo, a ARENA, onde permaneceu até certificar-se de que não conseguiria concorrer à Câmara Municipal. Transferiu-se, então, para o MDB, por onde foi candidato nas eleições de 1976, elegendo-se com cerca de três mil votos, conquistados entre Donana, Goitacases e Ponta Grossa dos Fidalgos. Com esses votos foi o segundo vereador mais votado de seu partido e o quinto à Câmara já em sua primeira candidatura. Desde sua primeira eleição até o momento presente, “Russo Peixeiro” já conquistou seis mandatos, não ocupando o posto de vereador apenas entre os anos de 1993 e 1996. Seus eleitores concentram-se, principalmente, na Baixada Campista, mais especificamente nos distritos de Donana, Goitacases e Ponta Grossa dos Fidalgos.

⁷³ Em 1978 o Brasil ainda se encontrava sob o regime da ditadura militar. A referência a “elementos estranhos” pode ser entendida, então, como uma velada acusação de subversão da ordem.

⁷⁴ Folha da Manhã do dia 22 de outubro de 1978.

prejudicar a Lagoa Feia. Quanto à declaração de Acir Campos de que o destino da Lagoa era secar, Camis ponderava:

“O que na verdade existiu foi um pronunciamento do nosso diretor Acyr Campos, segundo o qual todas as lagoas do mundo estão fadadas ao desaparecimento. Mas os pescadores entenderam que ele estava falando da Lagoa Feia em particular⁷⁵”.

Explicando a declaração do diretor regional do DNOS, Neif Camis afirmou que era de conhecimento comum que as lagoas recebem suas águas de rios. E junto com a água dos rios, recebem também grande quantidade de sedimentos, responsáveis pelo assoreamento lacustre. Assim, a construção do canal submerso na Lagoa Feia ao invés de prejudicial seria benéfica, pois prolongaria sua existência:

“Se fosse verdade que pretendíamos com isso secar a lagoa, bastaria que abrissemos uma pequena elevação existente no canal das Flechas. Esse trabalho demoraria menos de uma semana, enquanto o canal submerso, de custos bem mais elevados, demoraria pelo menos dois anos. Então, é ilógico que se adote uma medida mais complicada para atingir a um fim tão simples⁷⁶”.

Os pescadores do Furado decidiram esperar a visita do ministro Rangel Reis e, por isso, não cumpriram a promessa de reabrir o dique-estrada sobre o canal de Quitinguta.

Antes de sua visita a Campos, o ministro declarou à imprensa os objetivos das obras do DNOS na Lagoa Feia:

“Ora eram enchentes muito grandes, ora secas terríveis. O DNOS executou uma obra de recuperação de terras através de drenagem, recuperou uns 25 mil hectares aproximadamente e construiu uma barragem para evitar a salinização da Lagoa Feia que permite manter um espelho d’água na lagoa numa cota de até 3,20m. Dessa forma, a lagoa ficará regularizada, para abastecimento e para a pesca, que ainda é artesanal⁷⁷”.

⁷⁵ Folha da Manhã do dia 28 de outubro de 1978.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Folha da Manhã do dia 30 de outubro de 1978.

Quando esteve em Campos, no dia 01 de novembro, Rangel Reis prometeu: 1) que as usinas seriam proibidas de lançarem vinhoto nos rios da região; 2) que seria construída uma ponte sobre o canal de Quitunguta, o que possibilitaria a abertura do dique e 3) que, já na semana seguinte, o DNOS e a SERLA promoveriam os trabalhos referentes à demarcação das áreas da Lagoa Feia, o que evitaria a apropriação das terras lacustres por parte dos fazendeiros.

Em Ponta Grossa dos Fidalgos, o ministro foi recebido por mais de duas mil pessoas, que agitavam bandeiras do Brasil e cantavam o hino nacional. Em seu discurso para os moradores do arraial, disse Rangel Reis:

“(…) as obras que o DNOS vem executando na Lagoa Feia visam exatamente conservar este manancial e fortalecer tanto a agricultura e pecuária quanto a própria atividade pesqueira⁷⁸”.

Enquanto os pescadores e suas famílias cantavam o hino à Nossa Senhora da Conceição, padroeira do arraial, e novamente agitavam as bandeirinhas, o ministro dava garantias,

“em nome do presidente Geisel, de que a Lagoa não secará. (...) Não vamos mexer no duro da vala, e vocês terão uma vasta área de pesca, sem qualquer prejuízo⁷⁹”.

As promessas de Rangel Reis surtiram efeito rapidamente. Um processo de negociação com as usinas para que essas cessassem de despejar vinhoto nos rios foi logo iniciado e o canal de Quitunguta foi reaberto já no dia 04 de novembro. Neif Camis anunciou, todavia, que os trabalhos referentes à demarcação da área da Lagoa Feia não poderiam ser realizados imediatamente, porque seria necessário ainda realizar um planejamento junto à SERLA e também definir alguns conceitos, como o que é área da Lagoa e o que é apenas área inundada. Assim, a demarcação da Lagoa Feia foi adiada por tempo indeterminado⁸⁰.

No dia 22 de novembro, Neif Camis reuniu-se com o líder dos pescadores, Manoel Rocha, para tranquilizar os pescadores, garantindo que o Durinho da Valeta não

⁷⁸ Folha da Manhã do dia 02 de novembro de 1978.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ A demarcação da área da Lagoa Feia, prometida pelo ministro Rangel Reis em 1978, até janeiro de 2004 não havia sido iniciada.

seria violado pela draga que trabalhava para o DNOS. Nesse dia foram retomadas as obras de construção do canal submerso.

Primeira Insurreição – Setembro a Novembro de 1978.

Mês	Dia	Acontecimentos
Setembro	25	Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos se organizam para impedir a continuidade dos trabalhos da draga que prestava serviços ao DNOS.
	26	O DNOS entrega o caso às autoridades de segurança e solicita a proteção da Polícia Militar, a fim de garantir a continuidade da construção do canal submerso.
	27	Os dez pescadores intimados a prestar esclarecimentos sobre a paralisação da draga não comparecem à Delegacia da Polícia Federal em Campos.
	28	Convencidos de que não seriam detidos, os pescadores prestam depoimento, onde argumentam que estavam defendendo a Lagoa.
	29	Os operadores da draga começam a desmontá-la.
Outubro	06	Os membros do CNFCN reúnem-se para elaborar um documento alertando sobre os riscos das obras de macro-dragagem para os ecossistemas “asmáticos” da região.
	09	Em visita a Campos, o candidato à presidência da república, João Baptista Figueiredo, recebe em mãos o documento elaborado pelo CNFCN sobre a Lagoa Feia.
	11	O documento é entregue ao delegado Rubson Fioravante e se anuncia seu envio a todos os órgãos ambientais do país.
	12	O CNFCN inicia uma campanha de coleta de assinaturas para fundamentar uma ação popular contra o DNOS e os fazendeiros.
	13	O DNOS determina a reconstrução de um dique-estrada entre os rios Quitunguta e Laranjeiras, revoltando os pescadores de São Tomé, que chegam ao local dispostos a destruir o dique, mas são dissuadidos pelo vereador Aldemir Gonçalves.
	21	O procurador Gilson da Silva Moraes move uma ação judicial contra os pescadores.
	24	É anunciada a visita à Campos do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, para debater os problemas entre os pescadores e o DNOS.
27	O chefe da Residência do DNOS em Campos, Neif Camis, declara à imprensa que o objetivo das obras do Departamento na Lagoa Feia era prolongar sua existência, e não o contrário.	
Novembro	01	Rangel Reis promete aos pescadores a proibição do lançamento de vinhoto das usinas nos rios e da região; a reabertura do canal de Quitunguta; e a demarcação da área da Lagoa Feia.
	04	São iniciadas negociações com as usinas da região. O canal de Quitunguta é reaberto e a demarcação da área da Lagoa Feia é postergada.
	22	Neif Camis garante aos pescadores que o Durinho da Valeta não seria violado. Neste mesmo dia são retomadas as obras de construção do canal submerso.

2 – A Segunda Insurreição

Em outubro de 1979, os pescadores alegavam que a construção do canal submerso estava ocasionando o recuo das águas e que, por isso, algumas terras afloravam na Lagoa, sendo anexadas pelos fazendeiros da região. Argumentavam que o DNOS trabalhava para tais fazendeiros, construindo diques, para proteger as terras conquistadas, caso ocorressem enchentes. Além de impedir um possível retorno das águas, a construção dos diques acarretava o desmatamento da vegetação das margens da Lagoa, o que prejudicava a desova da ictiofauna.

Nesse contexto, os pescadores conquistaram aliados na luta pelo fim dos trabalhos do DNOS na Lagoa Feia. Eram apoiados, tanto pelos ambientalistas do CNFCN, quanto pela Câmara Municipal de Campos, em particular pelo vereador Aldemir Gonçalves, que já era, então, uma das principais lideranças do movimento.

Em 14 de outubro de 1979, pouco mais de um ano após a primeira paralisação da draga, um forte vento nordeste fez com que as águas da Lagoa recuassem aproximadamente 1 km. Os pescadores foram tomados por uma forte preocupação, pois associaram o recuo das águas à construção do canal submerso. Organizaram um segundo levante contra a draga, mas foram dissuadidos pelo delegado Fioravante. Exigiram, contudo, que fosse dada pelas autoridades, da maneira mais rápida possível, uma definição para o caso.

No dia 19 de outubro, os pescadores de Ponta Grossa realizaram, em frente à Colônia de Pesca Z-22, uma concentração pública, da qual participavam, além dos pescadores com suas famílias, agentes da Polícia Federal, sob a liderança do delegado Fioravante, e os vereadores Aldemir Gonçalves, Edmundo Vaz de Araújo, Hélio Coelho, José Ferreira Santana, Saturnino Monteiro Neto e Jairo Nogueira Santos.

Os pescadores, orientados pelo vereador Aldemir Gonçalves, enviaram um memorial ao Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, e ao Ministro da Marinha, onde narravam os episódios do que chamaram de “destruição da lagoa”. Nessa mesma reunião, decidiram, ainda, que, caso os trabalhos da draga não fossem suspensos até o dia 22, seria realizado um segundo levante para interromper a construção do canal submerso.

A residência local do DNOS, diante da possibilidade de um segundo embargo das obras que realizava, providenciou um forte esquema de segurança, visando a proteção e continuidade dos trabalhos. A Polícia Militar garantiu enviar à Lagoa uma

viatura com seis policiais armados com metralhadoras, para observar a situação e, assim, manter informado o comando da PM. No quartel, dois batalhões de choque, “com soldados armados com viseiras, cassetetes, bombas de gás e escudos⁸¹”, ficariam de sobreaviso. Foi mobilizada, também, a Polícia Federal, que tinha a incumbência de controlar a situação, assim como também foi informado o Coronel Amaury Friese Cardoso, comandante do 56º Batalhão de Infantaria.

No dia 23 de outubro, expirou o prazo dado pelos pescadores para que fossem interrompidos os trabalhos de escavação da draga na Lagoa Feia. Por volta das 4:30 horas da manhã, os pescadores saíram para pescar na Lagoa, surpreendendo aqueles que esperavam que a manifestação ocorresse durante aquela manhã. As ruas do arraial ficaram desertas, e nelas transitaram apenas mulheres e crianças.

O esquema de segurança solicitado pelo DNOS começou a formar-se às 8:00 horas, quando chegou em Ponta Grossa dos Fidalgos uma guarnição da PM com cinco homens comandados pelo Cabo Carlos. Através desses soldados, o 8º Batalhão da Polícia Militar se manteve informado sobre o que acontecia às margens da Lagoa.

Por volta das 14:00 horas, os pescadores começaram a regressar da Lagoa, trazendo os produtos obtidos através da pesca. Esperavam por eles os atravessadores de peixe, o que fez com que o Porto da Ponta fosse transformado, momentaneamente, em um pequeno mercado onde se pesavam e vendiam peixes.

Até então o clima não parecia indicar outro cerco à draga do DNOS. Logo em seguida, no entanto, iniciou-se a organização para a segunda paralisação da máquina escavadeira. Pelas ruas de Ponta Grossa, correram mulheres e crianças aos gritos de “chegou a hora”, convocando todos a comparecerem ao Porto da Ponta. Foram também chamados os pescadores da localidade do “Passarinho”⁸², para que se unissem aos outros, no Porto, de onde sairia a caravana em direção à draga.

Os soldados da PM tentaram convencer os pescadores a não levarem tal atitude adiante, mas não foram considerados. Assim, os policiais acionaram os reforços do 8º Batalhão da Polícia Militar, em Campos.

Cerca de trezentos pescadores, suas mulheres e crianças, num total de mais de quinhentas pessoas, estavam reunidos no Porto da Ponta, decididos a embargar, novamente, a máquina que trabalhava para o DNOS. No meio do tumulto, cinco

⁸¹ Folha da Manhã de 23/10/1979.

⁸² Localidade vizinha de Ponta Grossa dos Fidalgos.

meninos, Joélio, Edílson, Severino, Ediel e Marcelo, com idades entre oito e doze anos, dirigiram-se ao local onde trabalhava a máquina do DNOS.

Os adultos seguiram imediatamente as crianças. Cerca de quarenta canoas navegaram rumo à draga. À frente delas, um homem levava a bandeira do Brasil. Alguns pescadores tentaram puxar um coro para o Hino Nacional, mas a atitude não obteve grande adesão. Enquanto improperios eram proferidos contra o DNOS e a draga, levantou-se o grito “o povo unido jamais será vencido”.

Os pescadores aproximaram-se da draga por volta das 17:30, enquanto o batalhão de choque da PM e uma guarnição do Corpo de Bombeiros chegavam à Ponta Grossa, sem poder fazer mais nada para evitar o cerco da máquina.

Na draga, trabalhavam nove homens sob a chefia de Ondino Fernandes Ferreira, operador da máquina. Quando os pescadores ordenaram a paralisação dos trabalhos, os funcionários do DNOS não esboçaram nenhuma espécie de reação, atendendo imediatamente ao imperativo dos pescadores. Um dos funcionários chegou mesmo a dizer aos pescadores: “O que essa draga está fazendo é um crime. Foi bom vocês aparecerem⁸³”.

No retorno a Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores remaram contra o vento. Uma criança, de um ano, caiu n’água, quase se afogando, e uma canoa virou, por excesso de carga, obrigando seus tripulantes a percorrer cinco quilômetros até a margem caminhando, o que foi possível devido à pouca profundidade da Lagoa.

Ao chegarem ao porto, rapidamente os pescadores se dispersaram, evitando as retaliações do delegado Fioravante, que se dizia contrariado pelos pescadores, pois estes tinham desobedecido às suas recomendações de que não tornassem a paralisar a draga.

Ainda no dia 23 de outubro de 1979, enquanto, em Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores se mobilizavam para interromper a construção do canal submerso, em Campos, os vereadores da Câmara Municipal procuravam encontrar soluções para os problemas que ocorriam em torno das obras de engenharia realizadas na Lagoa Feia. Essa iniciativa resultou no acerto de um encontro entre uma comissão do Legislativo e o Diretor Regional do DNOS, Acir Campos.

O vereador Carlos Tinoco entrou em contato com a residência local do DNOS, para que esta encaminhasse ao Diretor Geral a proposta de que a draga permanecesse

⁸³ Folha da Manhã 24/10/1979.

parada durante cinco ou seis dias, a fim de que uma comissão de vereadores, a ser nomeada pela Câmara, pudesse reunir-se com o referido Diretor.

O Diretor Regional do DNOS respondeu que se prontificava não apenas a receber a comissão de vereadores, como também a viajar para Campos quando fosse necessário. Disse, no entanto, que a draga não seria paralisada, a não ser que recebesse ordens de instâncias superiores neste sentido.

No dia seguinte ao cerco da draga, o destacamento policial não retornou a Ponta Grossa dos Fidalgos e a máquina permaneceu em estado de inércia.

No povoado, o tema em voga, nesse dia, eram os motivos que tinham provocado o recuo das águas lacustres. A propósito, os pescadores dividiam-se em dois grupos. Um afirmava que o baixo nível das águas era decorrente do período de estiagem e que a Lagoa voltaria ao normal no período das chuvas. O outro grupo garantia que o recuo das águas acontecia, principalmente, em função das escavações para a construção do canal submerso, e que, se as obras continuassem, o processo seria irreversível.

Em Campos, o engenheiro Neif Camis comunicou a vinda do Diretor Regional do DNOS, no dia 25 de outubro, aos vereadores que acompanhavam o conflito entre o DNOS e os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Ficou acertada a realização de uma sessão solene para receber o Diretor Geral do DNOS na região e discutir os problemas referentes às obras realizadas por este Departamento, na Lagoa Feia.

Em sua visita à cidade, Acir Campos, pela manhã, foi até a Lagoa Feia, acompanhado por Neif Camis, para ver como estavam as obras empreendidas pelo DNOS.

Naquela tarde, Acir Campos concedeu uma entrevista à imprensa, na qual declarava que o único objetivo das obras do DNOS era:

“a preservação, a manutenção e a recuperação da Lagoa Feia, que por força dos agentes e vetores naturais, tem seu regime instável, apresentando redução de seu volume líquido e de seu espelho d’água, na época de estiagem quando seu nível baixa até a cota 2,3m IPC, e inversamente quando na época das chuvas (novembro, dezembro, janeiro) tende a se elevar até a cota de 4,80m IPC⁸⁴”.

⁸⁴ Folha da Manhã de 26 de outubro de 1979.

Destarte, o baixo nível das águas Lagoa Feia não seria decorrente das obras empreendidas pelo DNOS, e sim do período de estiagem e dos altos índices de evaporação da Lagoa. Explicando os motivos responsáveis pela diminuição do espelho d'água, afirmou o Diretor:

“A lagoa recebe dois rios contribuintes (Ururá e Macabú) que como todo curso d'água natural transporta dissolvido e emulsionado em suas águas uma quantidade de material sólido (areias, argilas, siltes) e, ao atingirem a lagoa, por terem suas velocidades diminuídas, vão depositar e decantar esses materiais no fundo da lagoa, ocasionando seu assoreamento e seu entulhamento, diminuindo assim seu volume e sua superfície líquida⁸⁵”.

Com efeito, a construção do canal submerso teria o objetivo de impedir o constante assoreamento lagunar. Acir Campos lembrou, ainda, que, durante o período das chuvas, quando a cota da Lagoa eleva-se ao nível de 4,80m IPC, ocorre a inundação de toda a orla lacustre. Então, justifica o engenheiro, faz-se mister

“a intervenção do homem e da técnica, que se respaldam e fundamentam exatamente no estudo e interpretação dos fenômenos da Natureza, para ajudar a própria Natureza e para corrigir estas variações que trazem prejuízos e intranquilidade às populações ribeirinhas que necessitam da própria lagoa para sua vida e subsistência⁸⁶”. (grifo nosso).

O Diretor esclareceu que o nível da Lagoa apenas poderia permanecer em sua cota ideal, 3,20m de acordo com ele, quando fosse concluída a instalação do sistema de comportas no Canal das Flechas, que regularia o volume d'água da Lagoa.

O engenheiro disse que não conseguiria convencer aos pescadores, com seus argumentos técnicos, de que o recuo das águas da Lagoa Feia não era o resultado das intervenções da engenharia sanitária. Com efeito, Acir Campos afirmou que a draga deveria ficar paralisada durante setenta dias, até que fosse concluída a instalação das comportas e, assim, regularizado o nível das águas da Lagoa.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

Segunda Insurreição – Outubro de 1979

Mês	Dia	Acontecimentos
Outubro	14	Após um recuo das águas da Lagoa Feia, os pescadores organizam um segundo levante contra a draga, mas são dissuadidos pelo delegado Fioravante.
	19	Em Ponta Grossa dos Fidalgos é realizada uma reunião pública, onde foi decidido que, se os trabalhos da draga não fossem suspensos até o dia 22, seria realizado um segundo levante para interromper a construção do canal submerso.
	23	Os pescadores paralisam a draga pela segunda vez.
	24	A draga permanece paralisada. No povoado os pescadores discutem as possíveis causas para o recuo das águas.
	25	O Diretor Regional do DNOS chega a Campos e afirma que o único objetivo do Departamento é preservar a Lagoa Feia e, reconhecendo que não conseguiria convencer os pescadores com argumentos técnicos, decide manter a draga paralisada até a instalação das comportas do Canal das Flechas.

IV. COM QUANTAS DRAGAS SE FAZ UM DRAMA: REFLEXÕES SOBRE AS PARALISAÇÕES DAS OBRAS DO DNOS NA LAGOA FEIA

1 – Victor Turner e os Dramas Sociais

Parece ser necessário, agora, expor os motivos que me levaram à descrição dos episódios em que os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos paralisaram as obras do DNOS.

A pesca é a principal atividade praticada no arraial. Nela inserem-se os homens, exercendo-a diretamente; as mulheres, na limpeza ou venda do produto, obtido pelos homens; e as crianças, que gradualmente são incorporadas a esse universo.

Da importância da pesca, resulta o grande valor que é atribuído à Lagoa, pois dela depende essencialmente a atividade. É freqüente ver pescadores, ou suas mulheres, discutindo a pesca e, naturalmente, a Lagoa. Discute-se o nível e a cor das águas, as melhores áreas de pesca, o aumento ou a redução das espécies etc.

Sobre a influência da pesca na organização social, escreveu Marcel Mauss, em seu Manual de Etnografia:

“Geralmente as tribos dividem-se em fratrias de pescadores e fratrias de não-pescadores (...). Certos vilarejos são habitados apenas por pescadores, é uma das primeiras formas de divisão do trabalho. A pesca comporta um elemento de regularidade que a torna muito rapidamente susceptível de exploração sistematizada⁸⁷”.

Essa divisão entre pescadores e não-pescadores surgia com extrema nitidez quando eram especificados os componentes do segundo agrupamento, a saber, os fazendeiros. A apresentação dos dois grupos existentes às margens da Lagoa era reiterada sempre, durante a narrativa do conflito pelo uso do espaço. Quando meus interlocutores falavam sobre os fazendeiros, acrescentavam invariavelmente que eram eles os responsáveis pela redução da Lagoa.

⁸⁷ “Généralement les tribus se divisent entre elles en phratrie de pêcheurs et phratrie de non-pêcheurs (...). Certains villages ne sont ainsi habités que par des pêcheurs, c’est une des premières formes de la division du travail. La pêche comporte un élément de régularité qui la rend très vite susceptible d’exploitation réfléchie”. MAUSS: 1947; 61.

O assunto que eu pretendia abordar, quando dei início à pesquisa, era a pesca. Entretanto, sempre que se tratava dela apareciam dois outros temas: os fazendeiros e a redução do espelho d'água. Este fato me levou a observar, de forma atenta, o modo pelo qual, no povoado, se apresentavam o conflito entre fazendeiros e pescadores e a diminuição da Lagoa. Logo percebi que o resultado do que me era apontado como disputa entre fazendeiros e pescadores era a redução do espelho d'água, que representava, por si só, a tensão entre terras e águas, ou seja, as tensões geradas por dois modos concorrentes de apropriação do espaço.

A redução do espelho d'água remete às mais diversas instituições. O fenômeno apresenta, em si, o conflito entre os grupos que fazem uso da Lagoa e, de alguma forma, envolve as diversas instituições do povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos; por exemplo: 1) a economia, através do aumento de possibilidades de trabalho, seja na agricultura ou na pecuária, onde antes a atividade predominante era a pesca; 2) a religião, pois, durante a festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores, é possível notar a inserção dos fazendeiros nas atividades comemorativas; 3) a morfologia do arraial, que se expandiu em ruas perpendiculares à rua João Cabral Neto, como mostra o mapa realizado por Luiz de Castro Faria; 4) a pesca lacustre, que foi diretamente influenciada pela redução da Lagoa; e 5) o direito, social e legal, pois existe a reivindicação de direito social dos pescadores ao acesso à Lagoa, e, também de direito legal, pois as terras que são, em função do recuo das águas e dos aterros, anexadas pelos fazendeiros constituem áreas pertencentes ao Estado.

Destarte, entender o processo de redução do espelho d'água da Lagoa Feia é um importante passo para a compreensão dos conflitos existentes na utilização de sua área, assim como das mudanças ocorridas nas atividades haliêuticas. Se o entendimento da redução da Lagoa mostra-se indispensável para tais compreensões, os episódios em que os pescadores paralisaram as obras do DNOS apresentam-se como os momentos mais elucidativos do processo de redução.

Para abordar a redução da Lagoa, decidi usar o conceito de “drama social”, de Victor Turner⁸⁸. De acordo com o antropólogo escocês:

“Dramas sociais são, em larga medida, processos políticos, isto é, envolvem a competição em torno de fins escassos – poder, dignidade, prestígio, honra,

⁸⁸ Victor Turner pertence ao que se convencionou chamar de Escola de Manchester. Seu conceito de “drama social” foi apresentado pela primeira vez em sua tese de doutoramento, intitulada *Schism and Continuity in an African Society. A Study of Ndembu Village Life*. (1957)

pureza – através de meios particulares e da utilização de recursos que são também escassos – bens, território, dinheiro, homens e mulheres⁸⁹”.

Neste sentido, são períodos extraordinários que interrompem o fluxo da vida comum. Podem exibir uma estrutura processual característica, semelhante a uma história, com início, meio e fim. Turner afirma que um drama social é, fundamentalmente, “uma unidade espontânea do processo social e um fato da experiência de todos em toda sociedade humana⁹⁰”.

Vamos encontrar dramas sociais em grupos que tenham uma história comum, seja ela real ou apenas suposta, e que compartilhem os mesmos valores e interesses. Esses grupos são chamados por Turner de *stargroups* – grupos-astro: “Trata-se do grupo com que a pessoa se identifica mais profundamente e no qual encontra a realização de seus principais desejos pessoais e sociais⁹¹”.

Segundo Turner, a maioria das pessoas possui um ou mais grupos-astro, aos quais deve profunda lealdade e cujo destino é uma desmedida preocupação.

“Em todas as sociedades a pessoa é obrigada a pertencer a certos grupos, geralmente institucionalizados – família, grupos etários, escola, firma, associação profissional e outros semelhantes. (...) É no grupo astro que a pessoa mais procura por amor, reconhecimento, prestígio, posição e outros benefícios e recompensas tangíveis e intangíveis. É nele que se alcança respeito próprio e um sentimento de pertinência relativo a outros a quem se respeita⁹²”.

Um drama social manifesta-se inicialmente através da “ruptura de uma norma, a infração de uma regra moral, legal, consuetudinária ou de etiqueta, em alguma arena pública⁹³”. Em outras palavras, a ruptura é a expressão dos diferentes interesses dos grupos presentes num dado campo social⁹⁴. Um grupo-astro passa por cima dos valores e regras de outro grupo, os quais não são os mesmos que os seus. O grupo que têm seus valores violados entende determinada atitude como uma afronta e, assim, tem início o drama social.

⁸⁹ TURNER: 1980; 148.

⁹⁰ Idem; 145.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem; 147-148.

⁹³ TURNER: 1980; 146.

⁹⁴ Campo onde existem tensões entre grupos.

Se a ruptura vier a se tornar visível, será difícil fazer com que não seja reconhecida. Assim, é instaurado um estado de crise onde conflitos, usualmente ocultos nas brumas da paz aparente, se tornam manifestos⁹⁵.

A crise configura um momento de tensão entre os grupos componentes do *campo social* e tende a ampliar-se até atingir um ponto de clivagem num conjunto mais amplo das relações sociais, onde estão inseridas as partes em confronto. Esse processo de ampliação é denominado por Turner de “escalada da crise”⁹⁶.

Nesse estágio revelam-se intrigas faccionais do grupo, levando à exposição pública uma série de questões relativas à estrutura social.

“Durante a crise, o padrão de luta entre as facções dentro do grupo social relevante – seja ele a aldeia ou a comunidade mundial – é exposto; e por baixo dele torna-se lentamente visível a menos plástica, mais durável, mas apesar disso gradualmente mutante estrutura social básica, feita de relações que são relativamente constantes e consistentes⁹⁷”.

Iniciada com a ruptura, a crise tende a difundir-se até que mecanismos adaptativos e regeneradores sejam acionados. Para Turner, tais mecanismos são postos em funcionamento pelos líderes ou representantes dos segmentos estruturais do sistema social afetado.

“(…) [estes] podem variar de conselhos pessoais e arbitragens informais a mecanismos formais e legais e, até mesmo, para resolver certos tipos de crise, chegar ao desempenho de rituais públicos⁹⁸”.

O estágio de *ação reparatória*, como Turner denomina essa etapa, é a fase do drama social em que a ação simbólica alcança sua mais completa expressão. Nesse estágio se engendra uma crítica distanciada dos eventos que conduziram e fizeram parte da crise, o que permite caracterizar a *ação reparatória* como o período mais “autoconsciente” do drama social.

⁹⁵ “Conflitos parecem trazer aspectos fundamentais da sociedade, normalmente encobertos pelos costumes e hábitos do intercuro diário, com assustadora proeminência”. TURNER: 1974b; 35.

⁹⁶ O antropólogo exemplifica esse tipo de processo através de um drama social, envolvendo duas nações num dado espaço geográfico, onde a escalada da crise poderia implicar num movimento de avanço do antagonismo através da clivagem global entre o campo comunista e o capitalista.

⁹⁷ TURNER: 1980; 146-147.

⁹⁸ TURNER: 1974b; 39.

Quando tais mecanismos regenerativos se mostram ineficazes, há um retorno ao estado de crise. Nessas circunstâncias, a força pode vir a ser utilizada, sob as diversas formas da guerra, da revolução, de ações intermitentes de violência, repressão ou rebelião.

Um drama social pode terminar de duas maneiras: com a reintegração do grupo ou com o reconhecimento do cisma. O caso de reintegração pode ocorrer mesmo que a extensão e o âmbito do campo relacional do grupo tenham mudado, o número de suas partes seja diferente, e seu tamanho e sua influência tenham sido alterados. O cisma ocorre quando há o reconhecimento de que a ruptura é irreparável, o que pode levar à separação espacial dos grupos⁹⁹.

Para Turner, a vida social consiste numa justaposição alternada de dois estados: “estrutura” e “communitas”.

“O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e freqüentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando homens de acordo com as noções de ‘mais’ ou de ‘menos’. O segundo, que surge evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como um ‘comitatus’ não-estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais¹⁰⁰ (...)”.

O período liminar é ambíguo, pois nele há uma fuga das redes de classificação que, normalmente, determinam as posições sociais em espaços culturais.

“As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial¹⁰¹”.

Destarte, “estrutura” refere-se às diferenciações entre os indivíduos, às hierarquias e aos constrangimentos de ações, e inclui também o sentido de “estrutura social” presente na Antropologia Britânica. A “communitas”, por sua vez, é mais evidente nos períodos liminares, fora ou na periferia da vida cotidiana, onde predomina a liberdade, a espontaneidade, o sentimento de união e igualdade. “Estrutura” não existe

⁹⁹ Cf. TURNER: 1980.

¹⁰⁰ TURNER: 1974a; 119.

¹⁰¹ Idem; 117.

sem “*communitas*”, nem o contrário. Ambas se sucedem constantemente compondo o processo dialético que consiste na vida social. São estados que surgem, através de símbolos ou rituais, também dentro dos dramas sociais.

2 – O Drama Social da Lagoa Feia

Podemos agora considerar as perturbações ecológicas da Lagoa Feia sob o ponto de vista do *drama social*, pois se trata de um processo político onde estão em questão recursos como território, dinheiro e poder.

Neste caso, o drama tem início quando o DNOS intensifica suas atividades de saneamento na bacia hidrográfica da Lagoa, causando o recuo das águas lacustres e, assim, possibilitando a expansão das fazendas sobre a Lagoa. O conflito demora a ser declarado, mas isto finalmente acontece quando os pescadores são tomados pelo pressentimento de que as obras de engenharia hidráulica levariam ao total dessecamento da Lagoa.

O perigo de ruptura do Durinho da Valeta constitui algo que não pode ser ignorado e, portanto, deve ser encarado. Temos, então, o estágio de ruptura do drama social coincidindo com a possibilidade de ruptura do Durinho.

Quando a ruptura do Durinho parece iminente, eis que ocorre a ruptura do drama. A crise é exposta e não mais pode ser ignorada. De um lado são postos os interesses do DNOS e dos fazendeiros da região, e de outro o dos pescadores e ambientalistas.

O que se revela, a partir desse momento, são as diferentes concepções relativas ao uso do espaço que têm cada grupo. Os sanitaristas, coerentes com os pressupostos higienistas, vêem na drenagem da Lagoa a eliminação das áreas palustres e, conseqüentemente, o melhoramento da saúde da população. Acreditam também, assim como os fazendeiros, que o recuo das águas proporciona o aumento das áreas “úteis”, ou seja, dedicadas à agropecuária.

Ambientalistas e pescadores encaram as áreas brejosas como regiões de extrema importância para reprodução da fauna lacustre. Os ambientalistas pensam na Lagoa como um importantíssimo componente de um ecossistema que vai além de suas margens e, por isso, ressaltam sua influência sobre o clima, a fauna e a flora da região. Os pescadores encontram na Lagoa a possibilidade de reprodução de uma prática, a

pesca, que, mais que uma simples fonte de renda, é a forma matriz de um estilo de vida: o de pescadores.

Num dos momentos cruciais do drama, os pescadores empunham a Bandeira do Brasil e rumam à draga, decididos a pôr fim ao empreendimento de construção do canal submerso.

O ato de erguer a bandeira é extremamente carregado de valor simbólico. O decreto número 4 de 19 de novembro de 1889 instituiu a bandeira que até hoje simboliza a República dos Estados Unidos do Brasil¹⁰². O emblema deveria satisfazer a duas necessidades: significar os sentimentos e pensamentos de tempos anteriores à proclamação da República e também representar as novas aspirações republicanas.

“Para satisfazer a esta dupla necessidade foi que se adotou a representação idealizada do aspeto do Céu na capital dos Estados Unidos do Brasil, no momento em que a constelação do Cruzeiro se acha no meridiano, estampando-se na direção da órbita terrestre a legenda: Ordem e Progresso (...)”.

“Ora, acontecendo que o tipo de Ordem só foi até hoje fornecido pelo regime teológico e guerreiro passado, e que o Progresso tem exigido a eliminação, por vezes violentas, de certas instituições, o espírito público foi levado empiricamente a supôr que as duas necessidades são irreconciliáveis¹⁰³”.

A conciliação entre a Ordem e o Progresso, no entanto, foi elaborada por Augusto Comte, ao declarar que “O Progresso é o desenvolvimento da Ordem, como a Ordem é a consolidação do Progresso¹⁰⁴”. É essa conciliação que está proclamada na Bandeira.

“Ordem” vem do latim, *ordo, ordinis*, querendo expressar a idéia de disposição, alinhamento, arranjo. Podemos entender “ordem” como a organização das relações entre uma pluralidade de elementos, um arranjo adequado.

“Progresso” vem do latim, *progressu, us*, podendo representar a “ação de caminhar, curso dos astros, desenvolvimento, adiantamento”. Do radical de *progressum, progredi*, vem a noção de “ir para diante, avançar, andar; adiantar-se, progredir; fazer

¹⁰² MENDES: 1958; 05.

¹⁰³ Idem; 07-08.

¹⁰⁴ Idem.

progressos”. A palavra expressa a idéia de movimento para frente, de uma evolução da humanidade – “progressos da nação” - e, mais ainda, de um constante aperfeiçoamento.

Desse modo, a bandeira do Brasil representa a idéia de um país que caminha para frente, progredindo de forma alinhada e disciplinada. Ao mesmo tempo, a bandeira procura simbolizar a idéia de um país organizado, porém não de maneira ordinária, e sim com uma organização onde o progresso ocupa um dos objetivos principais.

A bandeira é composta por 26 estrelas brancas situadas num círculo azul, que, por sua vez, está inserido num losango amarelo que ocupa a região central de um retângulo verde. As estrelas da bandeira representam os Estados em que está subdividido o território nacional. O azul do círculo simboliza o céu do Brasil; o losango amarelo expressa o ouro da nação; e o retângulo verde é a representação das matas, das florestas brasileiras.

“O verde e o amarelo da bandeira já representam suficientemente o aspecto industrial do Brasil, por isso que caracterizam o conjunto das produções da natureza viva e da natureza morta¹⁰⁵”.

O verde, por sua vez, realiza mais duas representações: “(...) caracteriza a Esperança, (...) ao mesmo tempo que indica a Pás, duplo título para simbolizar a atividade pacífica¹⁰⁶”.

Nas palavras nela impressas, a bandeira traz as idéias de ordem e progresso e, em suas cores, representa aquilo que se considera como as grandes riquezas da nação: seus recursos naturais.

Analisando dessa forma, a bandeira do Brasil traz em si as características do conflito, pois representa, de um lado, os recursos naturais do país e a ordem tradicional e, de outro, o desejo de progresso subordinando os aspectos naturais da nação. O conflito entre pescadores e sanitaristas se expressa nos dizeres de “Ordem e Progresso”, onde, para os primeiros, as representações da natureza do país possibilitam a manutenção da tradição e, para os segundos, um meio a ser utilizado para alcançar o progresso.

É como se os pescadores vissem na bandeira as insígnias da natureza, representadas pelo verde, azul e amarelo, inspirando a defesa das águas da Lagoa Feia, a

¹⁰⁵ Idem; 08.

¹⁰⁶ Augusto Comte *apud* MENDES: 1958; 10;

qual consideram como uma dádiva divina, uma grande riqueza nacional da qual depende a manutenção de uma ordem tradicional: a pesca.

Nesse sentido, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, de forma ordenada e pragmática, trabalhava em nome do progresso da nação. Poderíamos afirmar que, se as ações sanitárias procurassem uma representação na bandeira, ela estaria no “Progresso”, ao qual estariam subordinados todos os outros símbolos representados no estandarte brasileiro.

Para empreender suas obras, o DNOS contava com o apoio de todo um aparato policial e jurídico, pois, afinal, constituía uma instituição federal. Os pescadores, por sua vez, apenas contavam com o apoio do CNFCN, que desejava resolver o conflito de maneira burocraticamente correta, através das vias legais.

A paralisação da draga apresenta certos aspectos semelhantes aos rituais de reversão de status que, segundo Turner, acontecem em momentos onde a comunidade inteira é ameaçada. No caso da Lagoa Feia, a ameaça estava representada na draga que, segundo os pescadores, pretendia remover o Durinho da Valeta e, assim, dessecar a Lagoa. O fim da Lagoa acarretaria o fim da atividade pesqueira, o que, conseqüentemente, transformaria, de modo imprevisível, a comunidade, que tem na pesca o ponto principal de sua existência. Sendo assim, quando os pescadores ergueram a bandeira, acabaram por estabelecer um estado de “*communitas*”, onde todos, pescadores, policiais e operantes da draga, tornam-se pertencentes a um mesmo grupo: o de cidadãos brasileiros. Se o DNOS trabalhava pelo progresso da nação, os pescadores lutavam pela defesa do que para eles constituía a ordem natural das coisas, tal como instituída pela Providência Divina, ameaçada pela lógica politécnica, em nome do progresso.

Quando os pescadores levantaram a bandeira, um símbolo sagrado para o Brasil, evocaram a proteção do pavilhão nacional. Com esse gesto, simbolizaram seu pertencimento à nação e seu direito de lutar pela preservação da Lagoa, que garantia (e ainda garante) seu sustento e, para além deste, seu modo de vida. É preciso não esquecer, entretanto, que devido à conjuntura política vigente na época dos episódios¹⁰⁷, para os pescadores (e certamente também para os ambientalistas), a Bandeira do Brasil significava, antes de tudo, uma proteção contra uma acusação de subversão.

¹⁰⁷ Regime Militar contrário ao sistema Socialista/Comunista e seus partidários.

Nos rituais de reversão de status, Turner observa uma tendência dos fracos a simularem o comportamento e o poder dos fortes. Isso transparece quando os pescadores, homens sem poder estrutural, se investem de autoridade, agindo de maneira a garantir a ordem e a conservação do patrimônio público, paralisando a draga que, do seu ponto de vista, cometia um crime.

Outra semelhança entre a paralisação da draga e os rituais de reversão, surge na preocupação com a preservação do anonimato¹⁰⁸. No conflito da draga, a questão do anonimato se coloca claramente quando os operadores da draga perguntam pelos chefes do movimento e os pescadores respondem que ali todos são chefes... de família. Essa resposta preserva o anonimato dos líderes e, ao mesmo tempo, invoca a indistinção igualitária dos pescadores presentes.

A presença de mulheres e crianças junto aos pescadores durante a paralisação da draga, somada a ocultação do nome dos principais personagens do grupo, garante o anonimato de todos, pois deixa as identidades individuais encobertas pelo espesso véu da coletividade. A “*communitas*” fica, pois, estabelecida, mas o retorno à estrutura é iminente e, por isso, é importante a preservação do anonimato dos pescadores.

Como assinala Turner em seu *Processo Ritual*, os estados de “*communitas*” não têm vida muito longa e a eles sempre sucede a “*estrutura*”. No dia seguinte à primeira paralisação da draga, quando as autoridades policiais vão à Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores temem retaliações e, por isso, se ocultam, passando o dia a pescar na Lagoa, longe das ameaças vindas da terra.

Quando os pescadores finalmente atenderam à intimação policial, comparecendo à delegacia, o titular da mesma lhes assegurou que seus depoimentos serviriam apenas para ajudar a encontrar soluções para a crise. O delegado solicitou também que os pescadores elaborassem um abaixo-assinado, relatando todos os problemas ocorridos na Lagoa Feia. Desse modo, tem início o terceiro estágio do drama social: as ações reparatórias.

O documento elaborado pelo CNFCN, entregue em mãos tanto ao então candidato presidencial João Baptista Figueiredo, quanto ao delegado Fioravante, é de extrema importância nesse estágio do drama. Nele se expunham os problemas das obras do DNOS na região, os prejuízos por elas causados e, além disso, propostas de ações

¹⁰⁸ Turner observa que, nas festas americanas de *Halloween*, a preservação do anonimato das crianças é fundamental, pois lhes garante o pleno uso dos direitos e poderes adquiridos no momento ritual, sem a preocupação com represálias após o término das festas.

para que os trabalhos não tivessem resultados tão agressivos ao meio ambiente como aqueles verificados até o momento.

Paralelamente às ações reparatórias, continuava a expansão da crise. A erupção do conflito entre os pescadores do Furado e o DNOS, em função do dique-estrada, que separava os rios Laranjeira e Quitunguta, intensificou ainda mais as tensões na região. Com a morte das 4 toneladas de peixe no Lagamar, foi novamente empunhada a bandeira do Brasil, enquanto os pescadores exigiam a remoção do dique.

Com o conflito no Furado e a ação movida contra os pescadores pelo procurador do DNOS, Gilson da Silva Moraes, a crise crescia descontroladamente.

Nas declarações que o procurador fez aos jornais, aparecem de forma explícita as razões do conflito entre os pescadores e o DNOS. Gilson Moraes enfatiza a preocupação deste último com ampliação das áreas agricultáveis na região, para que essas fossem utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar e para a criação de gado, principais fontes de renda da região, e a desconsideração da atividade pesqueira, considerada de subsistência.

Convém notar que nem os pescadores, nem tampouco os ambientalistas, negavam a importância econômica da lavoura canavieira e da criação de gado, todavia, enfatizavam que as comunidades pesqueiras da região somavam “cerca de 10 mil pessoas [que] viv[iam] diretamente desta prática econômica [pesca]¹⁰⁹”. Até os dias de hoje é comum ouvir os pescadores dizerem que “a única indústria de Ponta Grossa dos Fidalgos é a Lagoa Feia”.

Mecanismo reparatório mais eficiente foi desencadeado com a visita do ministro Rangel Reis a Campos e a Ponta Grossa dos Fidalgos. Em sua estada na região, Rangel Reis tratou de apaziguar os ânimos, prometendo a remoção do dique-estrada, entre os rios Quitunguta e Laranjeiras; a demarcação da área da Lagoa Feia; a inviolabilidade do Durinho da Valeta e a proibição do despejo de vinhoto das usinas, nos rios, canais e córregos da região.

Durante a visita do Ministro a Ponta Grossa dos Fidalgos, mais uma vez as bandeiras foram agitadas. Os habitantes do arraial, com bandeirolas nas mãos, saudavam Rangel Reis. A paz parecia retornar e o Governo parecia agir pela preservação das riquezas naturais da nação. As promessas do Ministro restabeleceram a

¹⁰⁹ Fragmento do documento elaborado pelo CNFCN, publicado no jornal Folha da Manhã do dia 12 de outubro de 1978.

confiança dos pescadores nas ações do DNOS e, assim, as obras foram retomadas, um mês após sua paralisação.

Das promessas do Ministro, somente uma foi cumprida: a remoção do dique-estrada entre os rios Laranjeiras e Quitunguta. A demarcação da área da Lagoa Feia, três dias depois da promessa de Rangel Reis, foi declarada impossível de ser realizada imediatamente e, por isso, postergada para uma data não definida. Os jornais da época anunciavam negociações para que não houvesse mais despejo de vinhoto das usinas nos rios e canais da região. Vinte quatro anos depois, em meu período de campo, os pescadores ainda se queixavam dos prejuízos causados à Lagoa e à pesca pelo vinhoto.

Destarte, apenas a promessa do Ministro que dizia respeito ao Lagamar chegou a ser cumprida. As promessas que se referiam à Lagoa Feia, por sua vez, não chegaram a consolidar-se. A garantia dada, em nome do presidente Geisel, de que a Lagoa não viria a secar e que o Durinho não seria violado não fora suficiente para trazer confiança aos pescadores, que assistiam ao avanço das terras dos fazendeiros sobre as áreas lacustres.

Dessa forma, as ações regeneradoras amenizaram a crise durante pouco mais de um ano. As águas recuavam, as máquinas trabalhavam, os fazendeiros expandiam suas propriedades às custas Lagoa e nada indicava a proximidade da demarcação de sua área. Para agravar ainda mais a situação, a sensação que tinham os pescadores era a de que as obras do DNOS estavam drenando a Lagoa.

Diante disso, os pescadores voltaram a se reunir. Enviaram memoriais para os ministros da Marinha e do Interior e deram um prazo de três dias para que as obras do DNOS fossem interrompidas. A crise estava novamente instaurada e, caso não fossem atendidas as exigências dos pescadores, o conflito seria iminente, pois um aparato policial já havia sido acionado pelo DNOS para garantir a continuidade das obras.

Contrariando as recomendações do delegado Fioravante e dos policiais militares, os pescadores partiram, pela segunda vez, em direção à draga, para interromper seu funcionamento. Alguns deles começaram a cantar o Hino Nacional, mas não foram acompanhados pelos demais. Em seguida, alguém puxou o grito “o povo, unido, jamais será vencido”.

A palavra “povo” tem origem latina, *populus*, e expressa a idéia de grupo de indivíduos com características comuns. Em sua primeira acepção no dicionário Houaiss, “povo” significa um “conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns”, a segunda e a terceira acepções enfatizam o compartilhamento de uma área territorial por um conjunto de indivíduos,

enquanto a sexta acepção, que é a que parece ser mais apropriada ao caso, diz que “povo” é o “conjunto dos cidadãos de um país em relação aos governantes”.

Pode-se concluir, então, que se trata de um conflito entre dois grupos: o povo, e o “não-povo”. Incluídos no rótulo “povo” estão os pescadores, os pobres, aqueles que são estruturalmente destituídos do poder. Em contraposição ao “povo”, estão todos aqueles que possuem poder e dinheiro, ou seja, o DNOS e os fazendeiros.

A draga foi, assim, paralisada pela segunda vez e novos mecanismos reparatórios foram acionados, desta vez pela Câmara dos Vereadores. Isso resultou no encontro entre o Diretor Regional do DNOS, Acir Campos, e os membros do Legislativo municipal, para que fossem discutidos os problemas relativos aos conflitos em torno da Lagoa Feia.

Nesse encontro, Acir Campos argumentou que as obras do DNOS visavam a “preservação, manutenção e recuperação da Lagoa Feia”, vítima da ação de “agentes naturais”. Para o engenheiro, as grandes oscilações do volume d’água da Lagoa, nos períodos de chuva e de estiagem, assim como o assoreamento, provocado pelos rios Ururá e Macabú, eram imperfeições da natureza¹¹⁰.

Ora, sendo a natureza dotada de imperfeições, as obras empreendidas pelo DNOS tornavam-se necessárias, pois fariam as correções imprescindíveis ao funcionamento harmônico da mesma.

No pensamento sanitaria, a técnica prevalece sobre a natureza, ou seja, impõe-se a convicção de que, por meio de procedimentos racionais, o homem é capaz de corrigir a natureza e, assim, adaptá-la às suas necessidades. O pensamento dos pescadores, por sua vez, é, justamente, oposto ao dos engenheiros hidráulicos. Para eles, a natureza foi criada por Deus e, por isso, é sagrada e não deve ser violada ou alterada. Se a natureza é de origem divina, ela é perfeita e, portanto, prescinde da mão do homem para corrigi-la.

O Durinho da Valeta, para os pescadores, é um símbolo da ordem transcendental, divina. Assim, os conflitos relativos às obras de macro-drenagem do DNOS na Lagoa Feia podem ser compreendidos como uma disputa entre uma ordem imanente, representada na ideologia higienista, e uma ordem transcendente, expressa na atividade pesqueira. Em suma, a disputa entre Modernidade e Tradição.

¹¹⁰ Podemos adicionar como “imperfeição da natureza”, as zonas pantanosas situadas às margens da Lagoa, que, no pensamento higienista, apenas traziam problemas para a saúde das populações ribeirinhas, em função da proliferação de mosquitos, e de nada serviam para o “progresso da nação”.

Com a visita de Acir Campos, as obras referentes à construção do canal submerso foram suspensas até a conclusão da instalação das comportas no Canal das Flechas. Mesmo após esse prazo, no entanto, não houve a retomada dos trabalhos da draga na Lagoa Feia.

O drama social chegava, enfim, ao seu quarto estágio: a reintegração. A partir do momento em que foram suspensas as obras do canal submerso, o DNOS pôde continuar a instalação das comportas no Canal das Flechas, e a luta dos pescadores e ambientalistas para conter o avanço das terras dos fazendeiros voltou a situar-se apenas no plano jurídico, sem novos confrontos diretos.

Em 15 de março de 1989, durante o governo de Fernando Collor de Melo, o DNOS foi extinto e a demarcação da área da bacia da Lagoa Feia nunca chegou a ser realizada. O Durinho da Valeta foi mantido, mas as obras realizadas na grande lagoa deixaram suas influências sobre a pesca artesanal praticada em Ponta Grossa dos Fidalgos.

V. EFEITOS DA REDUÇÃO DA LAGOA FEIA SOBRE A PESCA

1 - A Lagoa Feia e a Pesca: Indissociáveis

É difícil compreender qualquer ecossistema como algo dissociado do homem. De acordo com a definição do dicionário Houaiss, ecossistema é um “sistema que inclui os seres vivos e o ambiente, com suas características físico-químicas e as inter-relações entre ambos”. Adotando esta concepção, não é possível abordar nenhum ecossistema sem levar em conta que as inter-relações entre os seres vivos e seu ambiente acabam por gerar uma espécie de *economia da natureza*.¹¹¹ Destarte, alterações no meio-ambiente, de alguma forma, atingem os seres humanos. Esse foi o caso das transformações realizadas pelo DNOS na Lagoa Feia, que acabaram por influenciar alterações nas atividades haliêuticas desenvolvidas pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos.

2 – As Comportas e o Pescado

O fenômeno da diadromia, que diz respeito à migração de peixes entre águas salgadas e doces, geralmente para a reprodução, está presente em enorme parcela da ictiofauna e se manifesta também na Lagoa Feia. Em 1980, com a conclusão da instalação das catorze comportas do Canal das Flechas, houve uma importante alteração do ecossistema, que atingiu diretamente a prática pesqueira. Espécies muito valorizadas comercialmente na região do Norte-Fluminense, como o robalo e a tainha, além de algumas espécies de crustáceos, migram das salgadas águas do mar para as da Lagoa Feia nos períodos de desova. A reprodução dessas espécies foi dificultada com a instalação das comportas, que representaram uma barreira, de aproximadamente 1 metro de altura, no caminho dos peixes. Assim, robalos e tainhas conseguem subir para a Lagoa apenas quando encontram as comportas abertas, o que muitas vezes não coincide com os períodos de reprodução.

A instalação das comportas, associada à construção do Canal das Flechas e à pesca predatória, contribuiu, consideravelmente, para a redução da presença de robalos,

¹¹¹ Cf. BATES: 1960.

tainhas e crustáceos na Lagoa. É necessário ressaltar que o robalo foi um peixe muito importante para a economia local e de fama bastante abrangente, como demonstram as palavras de Alberto Ribeiro Lamego no caderno fotográfico de *O Homem e o Brejo*: “Os famosos robalos da Lagoa Feia, que deram origem à colônia de pescadores de Ponta-Grossa-dos-Fidalgos”.¹¹² A importância dessa espécie também foi assinalada, em 1881, por José Alexandre Teixeira de Melo:

“Esta lagoa é abundante de peixe: robalo, tainha, piau, piabanha, curumatã, corvina, etc. O robalo da Lagoa feia tem fama em toda a comarca¹¹³”.

A propósito, vale mencionar que, durante todo meu trabalho de campo, entre 2002 e 2003, em momento algum vi exemplares das espécies mencionadas e que poucas vezes ouvi alguém dizer que as capturou.

3 – DNOS, Fazendeiros e Pescadores

Em suas notas de campo e trabalhos escritos entre 1939 e 1941, Castro Faria quase não se refere ao tipo de chão que, nos dias de hoje, os pescadores denominam *lama*. Tendo em mente o período de realização de seu trabalho e o período de intensificação das obras de saneamento, torna-se mais fácil ilustrar essa questão.

O processo de assoreamento, dinamizado pelas obras de saneamento, foi, muito provavelmente, o maior gerador de impactos sobre as atividades haliêuticas. Com o acúmulo de sedimentos, houve uma progressiva alteração na constituição do fundo da lagoa, fato que não passou despercebido pelos pescadores locais.

A intensa sedimentação contribuiu para o processo de “recuperação das terras perdidas”, o que significou o impetuoso avanço das terras dos fazendeiros sobre as águas lacustres. Os proprietários de terras, aproveitando o recuo das águas após a construção do Canal das Flechas e a redução da profundidade em áreas marginais, construíram diques para impedir o possível retorno das águas às áreas anexadas. Dito dessa maneira, esse processo pode ser subestimado. Cabe lembrar, entretanto, que não se trata de casos isolados e sim de um trabalho sistemático de anexação de terras. Para

¹¹² LAMEGO: 1945a.

¹¹³ TEIXEIRA DE MELO: 1881; 38.

dar uma idéia da intensidade desse processo, basta lembrar que, em menos de um século, a Lagoa Feia perdeu mais da metade de seus 370 Km² originais¹¹⁴.

Quanto à pesca, é difícil fazer uma análise das alterações ocorridas sem levar em conta as intervenções articuladas do DNOS e dos fazendeiros, atores que promoveram as maiores modificações no ecossistema da Lagoa Feia.

Nos anos de 2002 e 2003, em fevereiro e março, frequentemente ouvi dos meus interlocutores que a pesca estava ruim por causa do grande volume de água da lagoa e que a solução para isso seria a abertura das comportas. Esse período corresponde ao fim da estação chuvosa, quando uma grande quantidade de água se acumula na Lagoa, sendo retida pelas comportas. Os pescadores então reclamam, entre outras coisas, da dificuldade da pesca quando a água bate acima da linha do peito. Dizem que a lagoa está funda e que a pesca só melhorará com a abertura das comportas. Como a Lagoa perdeu grande parte de sua área, essas queixas parecem contraditórias, e tornam-se ainda mais enigmáticas quando lembramos que o processo de assoreamento, de acordo com levantamentos batimétricos, fez com que a profundidade média da Lagoa diminuísse de 3m, no início do século XX, para 1,5m em 1995¹¹⁵.

O que no início me pareceu uma incongruência nativa revelou-se depois uma falha de minha apreensão etnográfica. Durante grande parte do trabalho de campo, contentei-me com a explicação de que a Lagoa estava funda porque as comportas estavam fechadas. Percebi que essa resposta não era suficiente e, então, resolvi perguntar de maneira mais incisiva: “Como a Lagoa pode estar funda se vocês me dizem que os fazendeiros tomaram a maior parte dela?”.

Minha pergunta não foi formulada da melhor maneira, pois não mencionei a sedimentação ocorrida ao longo das últimas décadas, mas parece ter sido bem compreendida pelos pescadores. Eles me responderam que eu ainda não tinha entendido que “antigamente, quando a lagoa não era cercada de diques”, suas águas se espraiavam pela planície, inundando muitas das áreas que se localizam em seu contorno.

A profundidade média elevada da Lagoa era o resultado das grandes depressões, (de até 5 metros), localizadas em suas áreas centrais. Com a sedimentação do terreno lacustre, essas depressões foram cobertas e, embora não tenha ocorrido um total aplainamento do fundo, houve uma importante redução na diferença entre os valores das profundidades mínimas e máximas.

¹¹⁴ 370 Km² era a área da Lagoa Feia sem considerar que esta era associada à Lagoa da Ribeira.

¹¹⁵ Cf. BIDEGAIN: 2002; 78.

A construção dos diques, que se estendem “na orla Norte, Leste e Sul, entre a foz do rio Ururaí e o início da enseada do Tatu¹¹⁶” e são responsáveis por evitar a inundação dos pastos e lavouras, ocasionou o represamento da água, o que, por sua vez, levou à extinção da área marginal (zona eufótica), onde antes acontecia um declínio progressivo da profundidade até sua anulação. Houve, pois, uma reconfiguração do desenho lacustre, que deixou de ter o aspecto de um prato raso e adotou a aparência de um prato fundo. Todavia, como atestam os estudos batimétricos, o atual prato fundo não apresenta uma profundidade média maior que a do antigo e extenso prato raso, devido ao longo e contínuo processo de assoreamento.

Foi dessa forma que compreendi porque os pescadores reclamavam do aumento da profundidade da Lagoa, enquanto laudos técnicos mostravam que a profundidade média tinha diminuído praticamente pela metade. O que ocorreu foi a eliminação de muitos lugares rasos, o que, junto com o processo de sedimentação, fez com que a atual quantidade de áreas rasas, propícias à pesca, se tornasse menor do que havia sido em décadas anteriores.

Isto significa que, enquanto o represamento das águas acarretou na redução da quantidade de áreas rasas, o constante acúmulo de material sedimentar fez com que outras áreas tivessem seu uso dificultado para a pesca, em função das dificuldades impostas pela lama.

A diferença entre a Lagoa de ontem e a de hoje salta aos olhos quando comparamos as fotografias feitas por Castro Faria na década de 1940 com aquelas que tirei eu mesmo entre 2002 e 2003. Essa comparação mostra como, no período estudado pelo primeiro, a Lagoa ainda tinha praias e como, hoje, as áreas de pastagem se emendam com as águas lacustres. Ou seja, grande parte da zona eufótica da Lagoa Feia simplesmente desapareceu.

Afirmar que não mais existem regiões rasas na Lagoa Feia, seria incorreto. Posso, no entanto, afirmar que, além da eliminação de grande parcela dessas áreas, houve também uma enorme alteração nas que ainda existem.

A intensa sedimentação na Lagoa, a anexação de suas áreas às propriedades rurais circunvizinhas e a presença de diques em grande parte de seu perímetro resultaram em profundas alterações nas práticas de pesca artesanal.

¹¹⁶ Idem; 77.

A pesca com juquiá, por exemplo, era praticada em períodos determinados, ao final das estações chuvosas, quando as águas começavam a recuar, deixando para trás extensas áreas alagadas, onde ficavam retidas grandes quantidades de peixes. Esta pesca é hoje dificultada por um conjunto de fatores. As águas têm dificuldade de ultrapassar os limites impostos pelos diques e, quando superam esse obstáculo e retornam, deixando os terrenos alagados, ocorre outro problema: os fazendeiros muitas vezes não permitem a entrada dos pescadores em suas propriedades. Isso faz com que muitos pescadores se queixem da morte dos peixes, tidos como bens coletivos, em áreas privadas, sem que ninguém usufrua deles.

Além disso, a pesca com o juquiá enfrenta um obstáculo comum também à pesca de arrancada: a lama. Oriunda de décadas de intenso despejo de sedimentos, a lama não é apenas uma fina camada sedimentar no fundo da Lagoa. Em alguns lugares, devido à ação dos ventos sobre as águas, ocorre um depósito de imensas quantidades deste material.

Para dar uma idéia das proporções do acúmulo de sedimentos, creio ser útil exemplificar. No dia 03 de novembro de 2002 saí, com meus companheiros de pesquisa e alguns pescadores, para uma tomada de imagens foto-videográficas da Lagoa. No caminho de volta para o porto, já em sua entrada, o barco encalhou. Tivemos que descer para empurrá-lo e foi neste momento que tomei consciência do que representou o assoreamento lacustre. Ao pular da embarcação afundei na lama até a altura da cintura. Com os movimentos bastante tolhidos, apenas depois de muito esforço, conseguimos desencalhar a embarcação. Esse exemplo ilustra como as pescas de arrancada e de juquiá foram dificultadas em função do assoreamento.

A pesca de trolha foi outra prática tradicional profundamente afetada. Como assinala Castro Faria, “processo de trolha só pode ser praticado nos lugares de pouco fundo, onde dá pé, pois a ação de trolhar desenvolve-se dentro d’água”.¹¹⁷ Assim, essa pesca foi diretamente afetada pela sedimentação da Lagoa que, como já foi mencionado, dificulta, ou mesmo impede, o acesso e o movimento em uma grande quantidade das áreas lagunares.

Outra questão é a profundidade. “Dar pé”, nesse contexto, significa algo mais do que conseguir manter-se acima d’água para respirar. Significa estar em condições de realizar movimentos que requerem força e equilíbrio, sem os quais seria impossível

¹¹⁷ CASTRO FARIA. Cap V, pp 04. No Prelo.

puxar uma rede ou exercer a ação de trolhar. Destarte, a pescaria de trolha foi extremamente atingida pelos dois processos: o de sedimentação, acelerado pelo DNOS, e o de anexação de áreas lacustres às propriedades privadas, que resultou na eliminação de grande parte da zona eufótica.

A trolha não pode ser realizada em lugares de muita lama e, quando feita em regiões com pouca quantidade de sedimentos, precisa ser puxada para regiões de piso duro, de barro ou de areia, para ser concluída. A partir disso já fica fácil compreender como foi afetada essa pesca, visto que muitas das áreas que em tempos passados eram propícias à sua execução transformaram-se em terrenos lamacentos onde a ação de trolhar é deveras dificultada.

A ação dos fazendeiros teve profundas implicações sobre a trolha, pois eles contribuíram diretamente na alteração do ambiente lagunar, devido, além da construção dos diques, ao impetuoso avanço de suas propriedades, o que tornou uma grande área da Lagoa ocupada por pastos e canaviais. Dentre essas áreas anexadas pelos fazendeiros, muitas eram consideradas ideais para a pesca de trolha, em função da constituição do solo, da vegetação e da profundidade.

A pesca de cutuca é intrinsecamente ligada à pesca de trolha, pois é através dessa técnica que os peixes são recolhidos do galho. Tendo sido a trolha prejudicada pelo processo de sedimentação e pelo avanço das terras sobre as águas, por tabela foi atingida a pesca de cutuca. Além disso, a transformação das áreas limítrofes da Lagoa em pasto foi responsável pela eliminação da flora nativa.

"Atualmente, o grau de supressão vegetal nativa alcançou índices alarmantes, com vistas ao fornecimento de energia e extração de madeiras nobres, bem como a abertura de espaço à agricultura, à pecuária e à urbanização¹¹⁸".

Com o desmatamento da vegetação das margens da Lagoa, foram eliminadas árvores¹¹⁹ que eram utilizadas como pontos de referência para a localização dos galhos, o que comprometeu ainda mais a realização da pesca de cutuca.

¹¹⁸ BIDEGAIN: 2002; 11.

¹¹⁹ Tais árvores, todavia não eram nativas, constituíam uma vegetação plantada pelos antigos habitantes da região.

Não estou afirmando que essas pescarias cessaram completamente nos dias atuais, mas durante o trabalho de campo os pescadores manifestaram reiteradamente que essas técnicas foram, paulatinamente, deixando de ser empregadas.

As mudanças nas práticas de pesca também foram influenciadas pelo uso de motores nas embarcações, anteriormente movidas a remo ou à vela. O barulho do motor, dizem os pescadores, espanta os peixes e faz com que eles fiquem escondidos na vegetação aquática. Além disso, a introdução do motor favoreceu uma determinada técnica: a pesca de arrasto.

Embora não sejam os únicos fatores responsáveis pelas mudanças, considero que a redução do espelho d'água e o assoreamento lacustre, processos oriundos das obras promovidas pelo DNOS e pela ação dos fazendeiros, foram os agentes principais nas transformações das práticas haliêuticas, em Ponta Grossa dos Fidalgos, entre 1940 e 2003.

Sei que outras pescarias, além das citadas no neste trabalho, foram igualmente afetadas pelos processos mencionados acima, mas não foi minha intenção realizar um estudo exaustivo dos impactos oriundos de tais processos. Meu objetivo, nesta parte do trabalho, foi contribuir para a compreensão da influência da alteração do ecossistema da Lagoa Feia sobre as práticas de pesca nela realizadas.

4 – A Nostalgia dos Pescadores

“Onde eu pesquei de juquiá hoje tem cana, tem pasto de boi. (...) Já passei de canoa naquelas terras ali¹²⁰”. Essas palavras, ditas por Amaro Clarindo, ex-pescador, hoje com 89 anos, expressam o sentimento nostálgico dos pescadores em relação à Lagoa, junto a qual e da qual vivem.

O processo de transformação do ecossistema da Lagoa Feia alterou uma série de conhecimentos e hábitos dos pescadores. Hoje, “a lagoa inteira, praticamente, é circundada por pastagem com raras árvores nativas¹²¹”, o que significa que muitas áreas vivenciadas, experimentadas e praticadas, assim como sua fauna e flora, foram transformadas ou mesmo extintas.

Os pescadores não mais possuem vínculos com determinadas áreas lagunares, pois muitas vezes são proibidos de freqüentá-las. Muitas regiões que eram de uso

¹²⁰ Dia 20 de março de 2003

¹²¹ BIDEGAIN: 2002; 77.

freqüente transformaram-se em extensos brejais, por onde é difícil transitar. O gado passeia e a cana cresce em terrenos onde antes se reproduziam as temidas e valiosas traíras. Os robalos, tainhas e crustáceos, que em outros tempos abundavam na grande Lagoa, hoje são cada vez mais raros. As rentáveis pescarias de trolha, as de arrancada e as batidas de juquiá que movimentavam as noites da Lagoa foram escasseando, deixando em seu lugar as pescas de minjoada e de arrasto. Hoje, muitas vezes são chamadas de pesca dos “antigos”.

Bibliografia:

- AZEVEDO SILVA, F. L. de. **Terra Fluminense**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert Limitada. 1955, 213p.
- BATES, Marston. **A Floresta e o Mar. Uma análise da economia da natureza e da ecologia do homem**. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura. 1960, 235p.
- BIDEGAIN, Paulo. **Lagoas do Norte Fluminense – Perfil Ambiental**. Paulo Bidegain, Carlos Bizerril, Arthur Soffiati. Rio de Janeiro: Semads. 2002, 148p.
- BITTENCOURT, Corrêa. **Saúde Pública**. In: Década Republicana vol. II. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986, p. 187-217.
- BRIGGS, Asa. **O Conceito de Lugar**. In: A Humanização do Meio Ambiente. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultrix. 1972, p. 74-95.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e Tradição – Construção da Identidade Social dos Pescadores de Arraial do Cabo – RJ**. Niterói: EDUFF. 1999, 265p.
- CASTRO FARIA, Luiz de. **Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: Um Estudo de Morfologia Social**. (Título Provisório) No Prelo. Conforme originais incorporados ao acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CNPq, no Observatório do Valongo, Rio de Janeiro/RJ.
- DOUGLAS, Mary. **Purity and Danger. An Analysis of the Concepts of Pollution and Taboo**. Londres and Henley: Routledge & Kegan Paul. 1979, 188p.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As Redes do Suor – A Reprodução Social dos Trabalhadores da Pesca em Jurujuba**. Niterói: EDUFF. 1999, 289p.
- IYDA, Massako. **Cem Anos de Saúde Pública – A Cidadania Negada**. São Paulo: UNESP. 1994, 148p.
- KANT DE LIMA, Roberto. **Pescadores de Itaipu. Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF. 1997, 328p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **Restingas na Costa do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura. 1940, 63p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Serviço Gráfico do I.B.G.E. – Rio de Janeiro. 1945, 204p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **Ciclo Evolutivo das Lagunas Fluminenses**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Departamento Nacional de Produção Mineral – Divisão de Geologia e Mineralogia, Boletim nº 118. 1945, 48p.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda. 1974, 307p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **A Planície do Solar e da Senzala** / Alberto Lamego Filho. – 2. ed. REV. – Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. 1996, 174p.
- LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital – Vol. VIII**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1961, 340p.
- MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J. M. L., FLEXOR, J. M. **Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Belo Horizonte: CPRM, 1997, p. 01-104.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/Edusp. 1974, p. 37-184.
- MAUSS, Marcel. **Manuel D’Etnographie**. Paris: Petite Bibliothèque Payot. 1947, 211p.
- MELLO, Marco Antônio da Silva. **Praia de Zacarias: Contribuição à Etnografia e História Ambiental do Litoral Fluminense –Maricá/RJ**. FFLCH-USP, São Paulo, 1995. 429pp.
- MELLO, Marco Antônio da Silva e VOGEL, Arno. **Narrativa versus escritura na Restinga de Maricá: segundos pensamentos sobre o fenômeno jurídico e o conflito das formas da vindicação dos direitos**. Publicado na Revista COMUM V.7, N. 19 – agosto/dezembro de 2002. Rio de Janeiro, RJ. p.112-147.
- MELLO, Marco Antônio da Silva & VOGEL, Arno. **Gente das Areias - História, meio- ambiente e sociedade no litoral brasileiro**. Niterói: EDUFF. 2004 (No Prelo), 405p.
- MENDES, R. Teixeira. **A Bandeira Nacional**. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brazil. 1958, 61p.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil: Recursos e Possibilidades**. Rio de Janeiro. 1942, 643p.
- PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes. 1918, 172p.
- PEIRANO, Mariza G. e S. **Proibições Alimentares numa comunidade de pescadores (Icarai/CE)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Universidade de Brasília, 1975.

- PESSANHA, Eliana Gonçalves da Fonte. **Os Companheiros – Trabalho e Sociabilidade na Pesca de Itaipu**. Niterói: EDUFF. 2003, 156p.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. 1945, 278p.
- PRADO, Simone Moutinho. **Da Anchoa ao Salário Mínimo – Uma Etnografia sobre Injunções de Mudança Social em Arraial do Cabo**. Niterói: EDUFF. 2002, 145p.
- TEIXEIRA DE MELO, José Alexandre. **Campos dos Goytacazes em 1881**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & C. 1886, 183p.
- TURNER, Victor. **Dramas, Fields and Metaphors. Symbolic Action in Human Society**. Ítaca e Londres. Cornell University Press. 1974, 309p.
- TURNER, Victor. **O Processo Ritual. Estrutura e Antiestrutura**. Ed. VOZES LTDA. Petrópolis. 1974, 248p.
- TURNER, Victor. **Schism and Continuity in na African Society – A Study of Ndembu Village Life**. Berg, Oxford-Washington. 1996, 348p.
- TURNER, Victor. **Social Drama and Stories about Them**. In: Critical Inquiry. Vol. 1.n.01. Autumn. 1980, p. 137-164.
- VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil III**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1938, 306p.
- VOGEL, Arno & DIAS NETO, José. **O Duro, o Alto de Pedra, e a Lama: Representação Espacial e Enotaxonomia na Lagoa Feia**. Texto apresentado no seminário *Formas Primitivas de Classificação: 100 Anos Depois*, realizado pelo Departamento de Antropologia Cultural, IFCS/UFRJ, entre 03 e 05 de Junho de 2003 na cidade Rio de Janeiro – RJ.
- SOFFIATI, Aristides Arthur. **Perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste Fluminense entre os séculos XII e XX**. Niterói: UFF. 1995, 285p.
- SOFFIATI, Aristides Arthur. **Aspectos Históricos das Lagoas do Norte do Estado do Rio de Janeiro**. In: Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do Município de Macaé (RJ). S/D, 35p.

STEINBECK, John. **O Curto Reinado de Pepino IV**. Rio de Janeiro: Editora Record.
S/D, 210p.

Dicionários:

Dicionário Eletrônico Houaiss. Versão de Dezembro de 2001.

Periódicos:

Jornal Folha da Manhã – Setembro, outubro e novembro de 1978.

Jornal Folha da Manhã – Outubro e novembro de 1979.

Jornal Folha da Manhã – Janeiro de 1980.